



**BOLSA DE VALORES**

---

**CABO VERDE**

---

**RELATÓRIO DE GESTÃO & CONTAS 2017**

---

## ÍNDICE

Lista de Principais Siglas e Acrónimos.....	5
1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	6
2. PRINCIPAIS INDICADORES.....	8
2.1 Indicadores financeiros.....	8
2.2 Indicadores do Mercado de Títulos.....	9
3. ANÁLISE DA CONJUNTURA RECENTE.....	12
4. ATIVIDADES E OPERAÇÕES EM MERCADO PRIMÁRIO.....	14
4.1 Ofertas e Emissões Realizadas.....	14
4.1.1 Oferta Particular ASA, SA.....	14
4.1.2 Oferta Particular ELECTRA, SA.....	15
4.1.3 Oferta Particular ECOBANK C.V., SA.....	15
4.1.4 Leilões de Títulos do Tesouro.....	16
4.2 Análise das Operações Realizadas em Mercado Primário.....	17
5. ATIVIDADES E OPERAÇÕES EM MERCADO SECUNDÁRIO.....	21
5.1 Atividades realizadas no mercado secundário.....	21
5.2 Análise das Operações Realizadas em Mercado Secundário.....	21
6. OPERAÇÕES DE CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO DE EVENTOS CORPORATIVOS.....	25
6.1. Principais atividades desenvolvidas.....	25
6.2 Análise dos Eventos Corporativos.....	25
6.2.1 Juros Vencidos.....	25
6.2.2 Dividendos.....	28
6.2.3 Amortizações.....	28
7. TRANSFERÊNCIAS DE TÍTULOS.....	31
7.1 Transferências processadas.....	31
7.2 Codificação ISIN.....	32
8. FORMAÇÃO e I&D /LITERACIA FINANCEIRA.....	33
9. MARKETING E COMUNICAÇÃO.....	35
10. JURÍDICO E REGULAMENTAÇÃO.....	36
11. DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	39
12. INFORMÁTICA E TECNOLOGIAS.....	42
13. RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	44
14. CONTAS E INDICADORES FINANCEIROS.....	45
14.1 Situação Patrimonial e Investimentos.....	45

14.2 Análise da Situação Económica e financeira .....	47
14.2.1 Situação Económica .....	47
14.2.2 Situação Financeira .....	50
15. INFORMAÇÕES SOBRE O GOVERNO DE SOCIEDADE.....	50
16. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	50
17. ASSINATURAS.....	51
ANEXO: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS.....	52

## Índice de Tabelas

Tabela 1 Indicadores financeiros - 2015 -2017 .....	9
Tabela 2 Indicadores do Mercado - 2015/2017 .....	10
Tabela 3- Indicadores do Mercado - 2015/2017 .....	11
Tabela 4 - Resultados da Oferta Particular - Obrigações ASA .....	14
Tabela 5- Resultados Oferta Particular Obrigações ASA .....	15
Tabela 6 - Resultados Oferta Particular ECOBANK.....	16
Tabela 7 - Volume Operações no mercado primário por tipo - 2015/2017 .....	18
Tabela 8 - Volume Operações no mercado primário por tipo título - 2015/2017 .....	18
Tabela 9 - Volume Operações no mercado primário por instituição - 2015/2017 .....	19
Tabela 10 - . Volume Operações no mercado primário por emitente - 2015/2017.....	20
Tabela 11 - Volume transações no mercado secundário por tipo de operações - 2015/2017 .....	22
Tabela 12 - Volume transações no mercado secundário por tipo de título - 2015/2017 ...	22
Tabela 13 - Volume Global transações no mercado secundário por título - 2015/2017 ....	23
Tabela 14 - Volume transações (compras) por operador de Bolsa - 2015/2017 .....	24
Tabela 15 - Numero transações de compra por operador de Bolsa - 2015/2017 .....	24
Tabela 16 - Montante juros vencidos por tipo de título - 2015/2017.....	25
Tabela 17 - Montante juros vencidos por tipo emitente - 2015/2017.....	26
Tabela 18 - Taxa de Juros Nominal médio por Emitente - 2015/2017 .....	27
Tabela 19 - Montante juros vencidos e por pagar por emitente - 2015/2017 .....	27
Tabela 20 - Montante dividendos pagos por emitente - 2015/2017 .....	28
Tabela 21 - Valor unitário dividendos - 2015/2017.....	28
Tabela 22 - . Montante amortizações vencidos por tipo de título - 2015/2017 .....	29
Tabela 23 - Montante amortizações vencidos por emitente - 2015/2017 .....	30
Tabela 24 - Volume de transferências - 2015/2017 .....	31
Tabela 25 - Numero de títulos codificados por emitente 2015/2017.....	32
Tabela 26 - Numero de títulos codificados por segmento 2015/2017 .....	32
Tabela 27 - Situação Patrimonial 2015/2017 .....	46
Tabela 28 - Principais investimentos.....	46
Tabela 29 – Situação Económica 2015 - 2017.....	48
Tabela 30 - Distribuição das Receitas por rubrica 2015 -2017 .....	49
Tabela 31 - Situação financeira 2015/2017 .....	50
Tabela 32 – Aplicação de Resultados .....	51

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução das cotações - Segmento acionista .....	11
Gráfico 2 - Oferta e Procura no mercado primário .....	16
Gráfico 3 - Volume Global Operações no mercado primário 2015/2017.....	17
Gráfico 4 - Volume Global Operações no mercado primário 2015/2017.....	18
Gráfico 5 - Volume Global transações no mercado secundário 2015/2017.....	21
Gráfico 6 - Volume Global transações no mercado de Bolsa 2015/2017 .....	22
Gráfico 7 - Juros vencidos entre 2015/2017 .....	26
Gráfico 8 - Amortizações vencidos entre 2015/2017.....	29
Gráfico 9 - Evolução das Principais Custos 2015 - 2016 .....	48
Gráfico 10 - Volume de Negócios.....	49

## **Lista de Principais Siglas e Acrónimos**

**AGMVM** – Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários

**ASA** – Aeroportos e Segurança Aérea SA

**BAI - CV** – Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde

**BCA** – Banco Comercial do Atlântico

**BCN** – Banco Cabo-verdiano de Negócios

**BCV** – Banco de Cabo Verde

**BIA** – Banco Interatlântico

**BT** – Bilhetes de Tesouro

**BVC** – Bolsa de Valores de Cabo Verde

**CAIXA / CECV** – Caixa Económica de Cabo Verde

**CLC** – Central de Liquidação e Custódia

**CVFF** – Cabo Verde Fast Ferry

**INPS** – Instituto Nacional de Previdência Social

**ISIN** - International Securities Identification Number

**MFP** – Ministério das Finanças e do Planeamento

**MP** – Mercado primário

**MS** – Mercado Secundário

**OD** – Obrigações Diversas (engloba Obrigações Corporate e Municipais)

**OT**- Obrigações de Tesouro

**PIB** – Produto Interno Bruto

**SCT** – Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos

**TACV** – Transportes Aéreos de Cabo Verde

**TT** – Títulos de Tesouro

## 1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

***“Um mercado credível, mais dinâmico e internacionalmente integrado, com forte impacto na economia Cabo Verdiana.”***

Cabo Verde tem a ambição de crescer e, no concernente ao sector financeiro, almeja ser uma praça financeira de referência a nível internacional, e dentro desta perspetiva, o governo criou a Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC) tendo-se definido como sua visão ser um mercado credível, em linha com as melhores práticas internacionais, mas também adaptada à economia nacional e à região em que está inserida, visando promover o crescimento das empresas, a mobilização de recursos junto de investidores para promover o crescimento da nossa economia. A gestão da BVC foi sempre pautada pelas melhores práticas de governança corporativa e, especialmente, com foco na transparência e geração de valor para suas partes interessadas, aspetos fundamentais para a sustentabilidade dos negócios.

A visão e ambição da Bolsa de Valores de Cabo Verde, tendo como alicerce as linhas estratégicas 2017/2020, os resultados que pretendemos alcançar, foram definidos em linha com as orientações de política económica do Governo para o setor financeiro. Assim, assentamos o eixo estratégico na DINAMIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA BOLSA DE VALORES E DO MERCADO DE CAPITAIS CABO-VERDIANO.

Para a materialização deste plano ambicioso, é necessária uma conjugação de forças, com forte comprometimento dos stakeholders, principalmente o Governo, o BCV e a AGMVM. Também fazem parte da sustentabilidade do mesmo, a formação contínua de profissionais de mercado melhora a qualidade dos serviços prestados, além de manter a instituição atualizada em relação às principais tendências e marcos do setor.

A participação institucional, o trabalho colaborativo no setor de intermediação dá suporte ao desenvolvimento de novos produtos e serviços, padroniza o olhar sobre questões controversas e possibilita o posicionamento conjunto frente aos órgãos reguladores, ao poder público e à sociedade.

A educação financeira, especialmente no segmento de pessoas físicas, tem sido também uma preocupação da instituição, pois é fundamental para a disseminação de conhecimento sobre a dinâmica dos mercados financeiro e de capitais e despertar o interesse em novos investimentos, o que pode gerar mais negócios dinamizando o mercado secundário.

O nosso mercado, por ser pequeno e ilíquido, precisa estabelecer alianças estratégicas com outros mercados, atraindo capital estrangeiro e diversificando as oportunidades para os investidores nacionais. Dentro desta perspetiva, já fazemos parte da Association of National Numbering Agencies – ANNA, a African Securities Exchanges Association – ASEA e ainda, recentemente, integramos ao Conselho de Mercado de Capitais da África Ocidental - WACMIC (West African Capital Markets Integration Council), com a possibilidade de integração à CEDEAO em análise e discussão.

Conscientes dos desafios e acreditando nas oportunidades e nos esforços em curso para a criação das bases para um ambiente de negócios que propicie os investimentos e atração de investidores, reafirmamos o nosso compromisso, neste cenário, de empreender para o sucesso, confiantes na viabilidade e exequibilidade dos planos e na conjugação de forças de todas as partes interessadas (acionistas, investidores, clientes, emissores, participantes de mercado (bancos, corretoras, agentes de custódia e de compensação), reguladores (Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários – AGMVM e Banco Central de Cabo Verde – BCV), funcionários e fornecedores (em especial de tecnologia).

Juntos vamos impulsionar o desenvolvimento de Cabo Verde de forma sustentável.

**Manuel Joaquim Tavares de Lima**  
**Presidente do Conselho de Administração**  
**da Bolsa de Valores de Cabo Verde, S.A.**



## 2. PRINCIPAIS INDICADORES

Este relatório traz informações de gestão e desempenho de nossas principais atividades e dados numéricos que servem de instrumento à Administração e acionistas, entre outros que estejam interessados em conhecer a situação da instituição (desempenho operacional e financeiro), possibilitando a interpretação das variações dos indicadores económicos e financeiros, bem como do mercado de títulos e do valor acrescentado por sua evolução e performance ao longo dos anos, principalmente de 2017.

### 2.1 Indicadores financeiros

Através da tabela abaixo é possível visualizar indicadores selecionados que mensuraram a lucratividade, a rentabilidade do capital próprio, liquidez e o retorno de investimentos operacionais para que possam conhecer a evolução ao longo de 2015 a 2017.

Apesar de não ter sido possível a aprovação atempada dos instrumentos de Gestão do ano de 2017, situação que condicionou a plena execução das atividades definidas para o ano, a instituição vem apresentando resultados líquidos positivos consecutivamente, demonstrando uma posição financeira geral estável e com tendência crescente, apesar das oscilações, tendo se situado nos 20.326.000,00 e um volume de negócios de 87.195.000,00, no final do exercício de 2017, alcançado rácios que demonstram um incremento na solidez financeira, face ao período homologado, designadamente: Solvabilidade (com registo 18,28), Autonomia financeira (0,95) e Liquidez geral (10,49).

Para os indicadores da performance económica, no geral, o cenário continua a ser positivo, não obstante as ligeiras quedas apresentadas pelas rubricas Resultados líquidos (20,1%) e Volume de Negócios (3,7%), em 2017, a gestão de Tesouraria foi boa, conforme demonstraram os rácios de Liquidez Imediata de 6,10 (aumento de 642,7% relativamente a 2016) e Prazo médio de Recebimentos 108, 41 dias (diminuição de 35,7% relativamente a 2016).

Apresenta uma estrutura de capital sólida, sem dependência do capital de terceiros, tendo aquelas atividades e projetos de investimentos financiados por recursos próprios, que por imperativo normativo e de gestão foram aprovados pelo CC, com reflexos na criação de valor à instituição, aos acionistas, ao mercado e conseqüentemente aos seus demais participantes.

**Tabela 1 Indicadores financeiros - 2015 -2017**

Descrição	2015	2016	2017	Var. 16/17
Resultado Líquido	25.238.000,00	25.453.000,00	20.326.000,00	-20,1%
Solvabilidade (CP/Passivo)	2,17	2,97	18,28	515,3%
Autonomia Financeira (CP/Ativo)	0,68	0,75	0,95	26,7%
Rentabilidade do Ativo (RL / Ativo)	0,25	0,22	0,22	1,2%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	0,37	0,29	0,23	-20,1%
Liquidez Geral	1,75	2,06	10,49	409,8%
Liquidez Imediata	0,42	0,82	6,10	642,7%
PMR (dias)	189,24	168,60	108,41	-35,7%
PMP (dias)	61,66	45,29	18,85	-58,4%

## 2.2 Indicadores do Mercado de Títulos

De um modo geral, o desempenho do mercado manteve-se a um nível estável, embora a quantidade de títulos cotados tenha apresentado uma ligeira queda (-7.8%), refletindo, em parte, a opção pelo tipo de sistema de leilão em vigor desde 2013, e o volume das emissões no mercado primário que também, tenha diminuído, comparativamente ao período homólogo, (-6,9%), no obstante a realização de três Ofertas Particulares (ASA, ELECTRA, ECOBANK), representando cerca de 16% do Volume global das emissões do mercado primário.

O mercado primário da Dívida pública, apesar da redução do seu volume, continua a ter maior peso no total do volume das emissões (83.9%).

Não se conseguiu o dinamismo e a liquidez que se pretendia para o mercado secundário, refletindo no número de transações que passou de 44 para 36, relativamente ao ano de 2016, mas aumentou em 77,7% do volume das operações em bolsa, por redução da transação fora de Bolsa. Continua a fazer sentir a necessidade de aprovação o projeto de dinamização do mercado secundário da dívida.

No final de 2017, a capitalização bolsista foi de 68.423.063.914\$00, oscilando positivamente face ao período homólogo, representando 40,2% do PIB. A representatividade do Segmento *Corporate Bond* apresentou uma redução de (-35,2%), resultante das amortizações dos títulos, não incluindo as emissões *corporate* pela via de colocação privada.

**Tabela 2 Indicadores do Mercado - 2015/2017**

<b>Títulos Cotados</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>Var 16/2017</b>
Nº Empresas Cotadas - Equity	4	4	4	0,0%
Nº Corporate Bond Cotadas	14	15	11	-26,7%
Nº Municipal Bond Cotadas	2	2	2	0,0%
Nº Títulos do Tesouro (BT e OT)	216	209	195	-6,7%
<b>total</b>	<b>236</b>	<b>230</b>	<b>212</b>	<b>-7,8%</b>

<b>Emissões/Transações/Capitz. Bolsista</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	
<b>Volume Emissões MP</b>	<b>14.470.746.245,73</b>	<b>15.804.059.731,23</b>	<b>14.712.566.175,88</b>	<b>-6,9%</b>
<b>Volume Transações MS</b>	<b>210.620.450,00</b>	<b>1.381.792.500,00</b>	<b>155.351.709,00</b>	<b>-88,8%</b>
"Em bolsa"	210.620.450,00	82.116.500,00	145.535.709,00	77,2%
"Fora de Bolsa"	0,00	1.299.676.000,00	9.816.000,00	-99,2%
<b>Nº de Transações no MS</b>	<b>75</b>	<b>44</b>	<b>36</b>	<b>-18,2%</b>
<b>Capitalz. Bol Global</b>	<b>62.466.172.229,00</b>	<b>67.783.635.796,00</b>	<b>68.423.063.914,00</b>	<b>0,9%</b>
Capitalz. Seg Equity	7.524.695.000,00	7.108.031.900,00	7.400.270.250,00	4,1%
Capitalz. Seg Corp Bond	10.744.862.229,00	10.050.528.896,00	6.510.595.664,00	-35,2%
Capitalz. Seg OT e BT	44.196.615.000,00	50.625.075.000,00	54.512.198.000,00	7,7%

<b>Principais Indicadores</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	
(%) Cap. Bol. Global / PIB	38,3%	41,6%	40,2%	-3,2%
Turnover Ratio (%)	0,3%	2,0%	0,2%	-88,9%
Var. Capt. Bolsista (efectiva)	5,6%	8,5%	0,9%	-88,9%

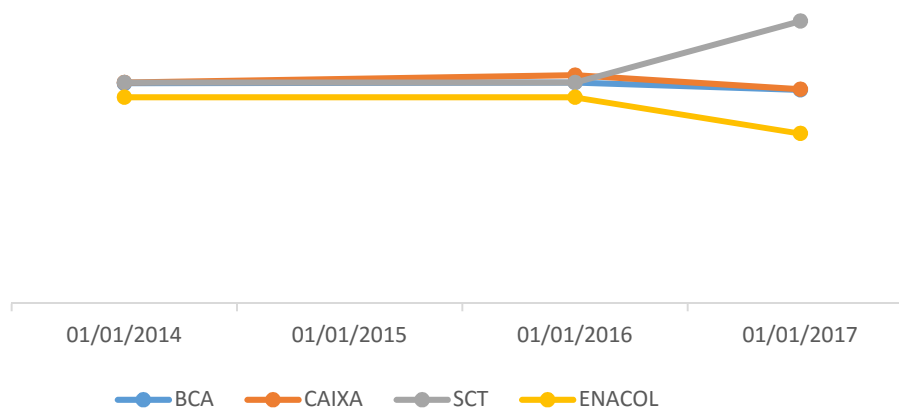
(a) Fonte MFP

(b) TurnOver Ratio = Volume transacionado no MS / Capitalização Bolsista

O gráfico a seguir, mostra a evolução das cotações do segmento acionista que, relativamente ao numero de empresas cotadas, manteve-se inalterado.

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2017

**Gráfico 1 - Evolução das cotações - Segmento acionista**



No que respeita à evolução das cotações, a tendência global foi de maior oscilação (para baixo) de preços em 2017 do que relativamente aos anos anteriores. As ações da Caixa, BCA e da ENACOL apresentaram uma redução das suas cotações de 2016 para 2017. A SCT teve variação positiva no período, 27,83%.

**Tabela 3- Indicadores do Mercado - 2015/2017**

TÍTULO	31/12/2014	01/01/2016	01/01/2017	Var. 16/17
BCA	2.990,00	3.000,00	2.900,00	-3,33%
CAIXA	3.000,00	3.100,00	2.910,00	-6,13%
SCT	3.000,00	3.000,00	3.835,00	27,83%
ENACOL	2.800,00	2.800,00	2.310,00	-17,5%

### 3. ANÁLISE DA CONJUNTURA RECENTE

Os indicadores macroeconómicos internacionais, apontaram para um melhor desempenho da economia mundial, em 2017, refletindo-se na recuperação do crescimento do PIB mundial, com as economias avançadas a crescer 2,3% e as economias emergentes, com uma expressiva representatividade, 4,2% em 2017. Segundo projeções do FMI, *ceteris paribus*, esta tendência continuará para 2018, pois alerta para possível arrefecimento, a médio prazo, em reação a oscilação pouco favorável das demais variáveis macroeconómicas (condições de financiamento, inflação, políticas monetárias e taxa de juros).

A economia de Cabo Verde, após um período de baixo crescimento devido ao impacto da crise financeira europeia e mundial, nos últimos 2 anos, beneficiando também de um enquadramento externo mais favorável e reformas económicas em curso, apresentou sinais de recuperação. Em 2017, a economia expandiu suportada essencialmente pela dinâmica do setor de turismo e consequentemente do setor terciário (comércio, hotelaria e restauração), crescimento do crédito ao setor privado e aumento da confiança dos consumidores e empresários. Espera-se que estes fatores continuem a influenciar positivamente um crescimento superior a 4.3% em 2018.

Segundo o FMI, apesar do ambiente externo dos últimos anos ter sido difícil, Cabo Verde conseguiu realizar uma impressionante consolidação fiscal em anos recentes. No entanto, realçam que tem sido difícil reduzir a dívida pública devido á depreciação do escudo em relação ao dólar norte americano e á necessidade de apoiar empresas estatais deficitárias. É realçado que o deficit orçamental de 1.3% do PIB é factível, mas requererá esforços decisivos na continuação de reforçar a administração fiscal e aduaneira e de assegurar a venda dos bens públicos, que já deviam ter acontecido, em 2018.

O BCV tem desenvolvido importantes esforços, reconhecidos pelo FMI, no sentido de fortalecer os mecanismos de transferência monetária e a regulação e supervisão bancárias. Os planos para adoção de nova lei cambial e orgânica do BCV também são bem acolhidos pelo FMI.

De acordo com o mesmo relatório, os indicadores do sistema financeiro melhoraram, mas o nível elevado de empréstimos não reembolsados e a baixa rentabilidade precisam ser trabalhados. A procura de uma solução para o alto nível de empréstimos não reembolsados deve ser uma prioridade, devendo-se evitar a tolerância aos empréstimos irrecuperáveis.

As reformas que têm vindo a ser implementadas, ao nível fiscal, da supervisão financeira e da melhoria da situação económica e financeira das empresas do estado, deverão contribuir para impulsionar a economia, contribuindo para um crescimento sustentável.

A BVC terá um papel importante durante os próximos anos com reflexos no desenvolvimento da atividade empresarial. Com a definição das suas linhas estratégicas (2017-2020), a resposta não poderá ser outra senão a de desenvolver soluções de encontro às necessidades do mercado.

O mercado de valores mobiliários, no ano de 2017, registou uma performance positiva, apesar da ligeira queda na quantidade de títulos cotados (-7.8%) e um menor volume de emissões no mercado primário (-6,9%) face ao período homólogo. Foram mobilizadas através do mercado primário da Bolsa de Valores um montante global de 14.712.566.175\$00. Mesmo verificando um aumento no volume das operações em bolsa, o segmento continua com uma baixa liquidez, tendo em consideração a frequência de transações.

No final de 2017, a capitalização bolsista situava em 68.423.063.914\$00, depois de uma variação positiva de 0,9% face ao período homólogo, o que representa cerca de 40,2% do PIB.

#### 4. ATIVIDADES E OPERAÇÕES EM MERCADO PRIMÁRIO

A seguir encontram-se dados e informações que mostram o desempenho operacional ao longo do ano de 2017 comparativamente ao exercício homólogo.

O mercado primário continua a ser o maior destaque do mercado de capitais em Cabo Verde. Apesar da variação negativa de 6,9% face ao período homólogo, o mercado primário continua a ser um importante instrumento de financiamento do Tesouro de Cabo Verde e das empresas cabo-verdianas.

##### 4.1 Ofertas e Emissões Realizadas

No segmento corporate foram destinadas a investidores previamente definidos (investidores qualificados), nos termos do artigo 185º do Código do Mercado de Valores Mobiliários, tratando-se assim de Ofertas Particular de Subscrição. Entretanto, a maior parte das emissões (83,9%) foram feitas pelo Tesouro (OT e BT) através de leilões, configurando-se em Ofertas Publicas de Subscrição.

###### 4.1.1 Oferta Particular ASA, SA

O empréstimo obrigacionista da ASA – EMPRESA NACIONAL DE AEROPORTOS E SEGURANÇA AÉREA, SA, série C, foi na modalidade Oferta Particular de Subscrição, registada na Central de Liquidação e Custódia gerida pela BVC, de 500.000 obrigações ordinárias escriturais e valor nominal de 1.000,00 escudos cada, perfazendo o montante total de 500.000.000,00. Associada a uma taxa de juro fixa de 5% ao ano com um prazo de vencimento de 10 anos.

A emissão que se destinou ao cofinanciamento do Programa de Investimentos da Empresa, nomeadamente no financiamento do Projeto reabilitação da pista do Aeroporto Internacional Aristides Pereira na Ilha da Boa Vista, teve um preço de subscrição de 1000\$00 por Obrigação, isto é, igual ao Valor Nominal, sendo o pagamento efetuado integralmente no ato de subscrição. A Liquidação Física e Financeira ocorreu em agosto de 2017.

**Tabela 4 - Resultados da Oferta Particular - Obrigações ASA**

	PROCURA VÁLIDA	OFERTA	POR SUBSCREVER
PARTICIPANTES	6	Particular	0
QUANTIDADES	500.000	500.000	0
VALORES	500.000.000	500.000.000	0

#### 4.1.2 Oferta Particular ELECTRA, SA

O empréstimo obrigacionista da ELECTRA –EMPRESA DE ELECTRICIDADE E ÁGUAS, SARL, série E, foi na modalidade Oferta Particular de Subscrição, registada na Central de Liquidação e Custódia, gerida pela BVC, no valor inicial de 1.950.000 obrigações ordinárias escriturais e valor nominal de 1.000,00 escudos cada, perfazendo o montante total de 1.950.000.000,00. Associada a uma taxa de juro fixa de 5,6% ao ano com um prazo de vencimento de 8 anos.

A emissão teve como objetivo a reestruturação da dívida, a normalização dos termos de financiamento da obrigação D e novos investimentos, um preço de subscrição de 1000\$00 por Obrigação, isto é, igual ao Valor Nominal, sendo o pagamento efetuado integralmente no ato de subscrição. A Liquidação Física e Financeira ocorreu em junho de 2017.

**Tabela 5- Resultados Oferta Particular Obrigações ASA**

	<i>PROCURA VÁLIDA</i>	<i>OFERTA</i>	<i>POR SUBSCREVER</i>
PARTICIPANTES	7	Particular	0
QUANTIDADES	1.816.500	1.816.500	0
VALORES	1.816.500.000	1.816.500.000	0

#### 4.1.3 Oferta Particular ECOBANK C.V., SA

O empréstimo obrigacionista da ECOBANK CABO VERDE, S.A., série C, foi na modalidade Oferta Particular de Subscrição, registada na Central de Liquidação e Custódia, gerida pela BVC, no valor inicial de 50.000 obrigações ordinárias escriturais e valor nominal de 1.000,00 escudos cada, perfazendo o montante total de 50.000.000,00. Associada a uma taxa de juro fixa de 6% ao ano com um prazo de vencimento de 5 anos.

A emissão teve como objetivo o reforço dos fundos próprios complementares do Banco, um preço de subscrição de 1000\$00 por Obrigação, isto é, igual ao Valor Nominal, sendo o pagamento efetuado integralmente no ato de subscrição. A Liquidação Física e Financeira ocorreu em maio de 2017.



**Tabela 6 - Resultados Oferta Particular ECOBANK**

	PROCURA VÁLIDA	OFERTA	POR SUBSCREVER
PARTICIPANTES	3	Particular	0
QUANTIDADES	50.000	50.000	0
VALORES	50.000.000	50.000.000	0

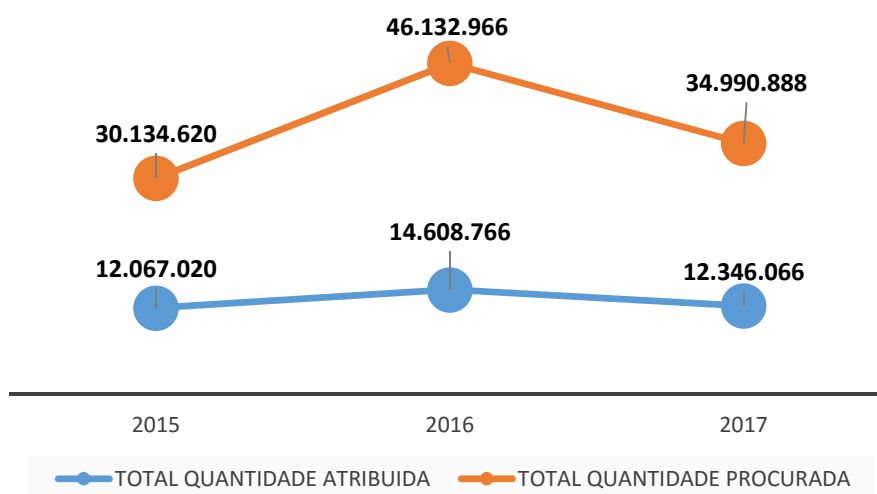
#### 4.1.4 Leilões de Títulos do Tesouro

A Dívida Pública, pela sua dimensão e por representar a referência da remuneração do capital e de avaliação de todos os ativos na economia, desempenha um papel determinante para o eficiente funcionamento do mercado de capitais.

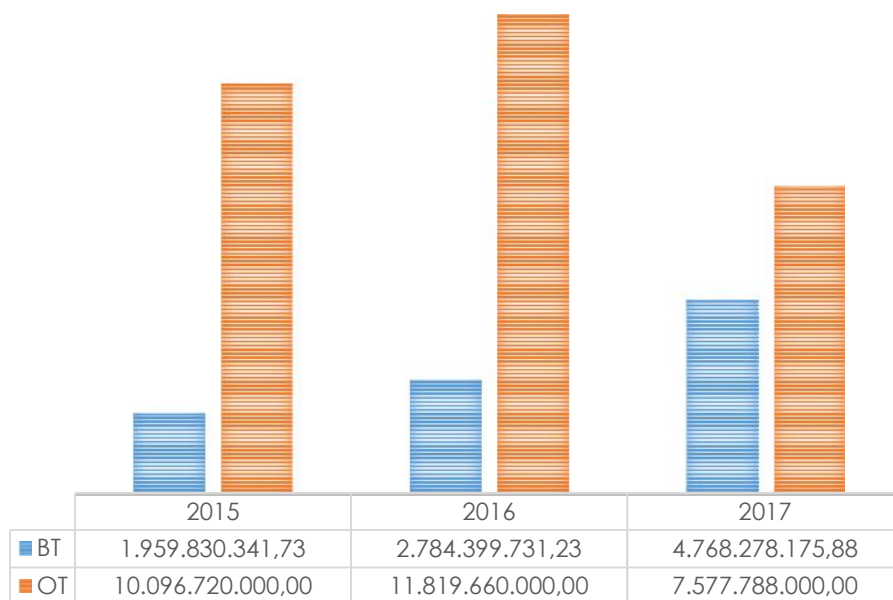
Considerando que os títulos do Estado constituem o investimento com menor risco em alternativa ao depósito bancário e a quaisquer outras opções oferecidas pelo mercado secundário, é considerado o produto financeiro de referência para os investidores mais conservadores.

Durante o ano de 2017, foram emitidos através de leilões, a preços uniformes e admitidos à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde, 30 Títulos de Tesouro (12 Bilhetes do Tesouro e 18 Obrigações do Tesouro) uma redução de 14.28% face ao ano de 2016, num montante global de 12.346.066.175,88, reduzindo 15% relativamente ao período homologo, com um maior numero de emissões de BT's e uma redução das OT's.

**Gráfico 2 - Oferta e Procura no mercado primário**



**Gráfico 3 - Volume Global Operações no mercado primário 2015/2017**

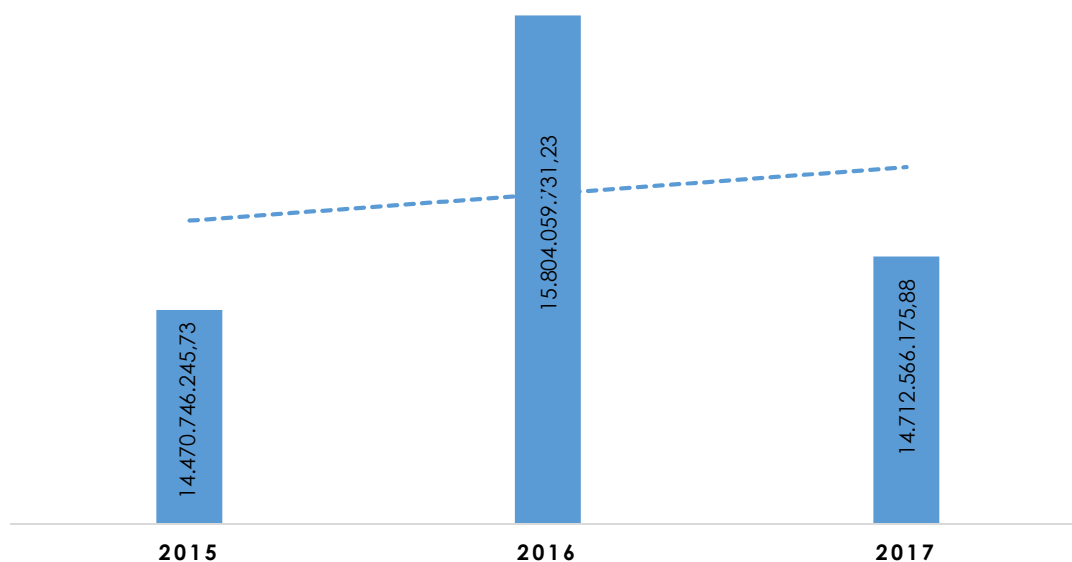


#### 4.2 Análise das Operações Realizadas em Mercado Primário

Relativamente ao volume de Operações no MP por tipo de operação, além do peso significativo que as emissões do Tesouro continuam a ter no volume global (83,9%), é de destacar a proeminência das ofertas Oferta Particular no mercado, tendo sido registados 3 series de Obrigações Corporate, no montante global de 2.366.500.000\$00 representando 16,1% do volume global do mercado, não tendo ocorrido nenhuma oferta publica de subscrição.

Quanto as emissões globais o montante foi de 14.712.566.175,88, com uma redução de 6,9% face ao ano anterior.

**Gráfico 4 - Volume Global Operações no mercado primário 2015/2017**



**Tabela 7 - Volume Operações no mercado primário por tipo - 2015/2017**

Tipo de Operação	2015	2016	2017	Peso 17
Colocação Privada - Unlisted	1.950.000.000,00	1.200.000.000,00	2.366.500.000,00	16,1%
Emissões do Tesouro	12.056.550.341,73	14.604.059.731,23	12.346.066.175,88	83,9%
Ofertas Públicas de Subscrição	0,00	0,00	0,00	0,0%
Ofertas Públicas de Venda	464.195.904,00	0,00	0,00	0,0%
<b>Total Geral</b>	<b>14.470.746.245,73</b>	<b>15.804.059.731,23</b>	<b>14.712.566.175,88</b>	<b>100%</b>
Variação global		9,2%	-6,9%	

Quanto às colocações por tipo de título, as Obrigações do Tesouro, enquanto instrumento de longo prazo, representaram cerca de 83,9% do total das colocações.

**Tabela 8 - Volume Operações no mercado primário por tipo título - 2015/2017**

Tipo título	2015	2016	2017	Peso 17
Bond	1.950.000.000,00	1.200.000.000,00	2.366.500.000,00	16,1%
BT	1.959.830.341,73	2.784.399.731,23	4.768.278.175,88	32,4%
Equity	464.195.904,00	0,00	0,00	0,0%
OT	10.096.720.000,00	11.819.660.000,00	7.577.788.000,00	51,5%
<b>Total Geral</b>	<b>14.470.746.245,73</b>	<b>15.804.059.731,23</b>	<b>14.712.566.175,88</b>	<b>100,0%</b>
Variação		9,2%	-6,9%	

Relativamente às colocações no Mercado Primário (MP) por Instituição (Operadores de Bolsa e Instituições autorizadas a participarem no MP dos Títulos do Tesouro), o INPS, a CAIXA, o BCA e o BAICV foram as instituições mais ativas durante 2017.

*Tabela 9 - Volume Operações no mercado primário por instituição - 2015/2017*

Instituição	2015	2016	2017	Peso 17
BAI CV	1.395.718.864,00	2.947.957.099,05	1.054.847.000,00	7,2%
BCA	2.296.369.009,94	2.510.709.510,26	3.801.066.243,68	25,8%
BCN	260.977.150,39	423.812.798,24	0,00	0,0%
BIA	724.914.610,32	1.498.994.719,00	926.955.750,00	6,3%
BMGCV				0,0%
CAIXA	4.192.260.221,53	3.752.824.785,40	3.673.843.048,45	25,0%
ECOBANK	185.606.000,00	161.532.000,00	0,00	0,0%
INPS	5.202.322.807,35	4.508.228.819,28	5.255.854.133,75	35,7%
NOVO BANCO	212.577.582,20			0,0%
<b>Total Geral</b>	<b>14.470.746.245,73</b>	<b>15.804.059.731,23</b>	<b>14.712.566.175,88</b>	100%
Variação global		9,2%	-6,9%	

No que respeita ao volume de novas operações por emitente, o TESOURO de Cabo Verde continua a destacar-se pelo número de emissões de Títulos de tesouro levadas a cabo, uma média de 2,5 por mês, representando 83,9% do volume global emitido em 2017. Igualmente destacam as entidades como a ASA série D, Ecobank CV série C e Electra série E (todas através de Oferta Particular) que juntas mobilizaram 2.366.500.000,00 durante o ano de 2017.

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2017

**Tabela 10 - . Volume Operações no mercado primário por emitente - 2015/2017**

<b>Emitente</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>Peso 17</b>
ASA, SA	0,00	250.000.000,00	500.000.000,00	3,4%
BAI, SA	0,00	500.000.000,00	0,00	0,0%
BCA, SA	464.195.904,00	0,00	0,00	0,0%
ECOBANK, SA	0,00	0,00	50.000.000,00	0,3%
ELECTRA, SA	0,00	0,00	1.816.500.000,00	12,3%
EMPROFAC, SA	150.000.000,00	0,00	0,00	0,0%
GARANTIA, SA	0,00	0,00	0,00	0,0%
GOVERNO	12.056.550.341,73	14.604.059.731,23	12.346.066.175,88	83,9%
IFH, SA	850.000.000,00	0,00	0,00	0,0%
INPHARMA, SA	0,00	0,00	0,00	0,0%
TACV, SA	0,00	450.000.000,00	0,00	0,0%
TACV,SA	950.000.000,00	0,00	0,00	0,0%
<b>Total Geral</b>	<b>14.470.746.245,73</b>	<b>15.804.059.731,23</b>	<b>14.712.566.175,88</b>	<b>100%</b>
Variação global		9,2%	-6,9%	

## 5. ATIVIDADES E OPERAÇÕES EM MERCADO SECUNDÁRIO

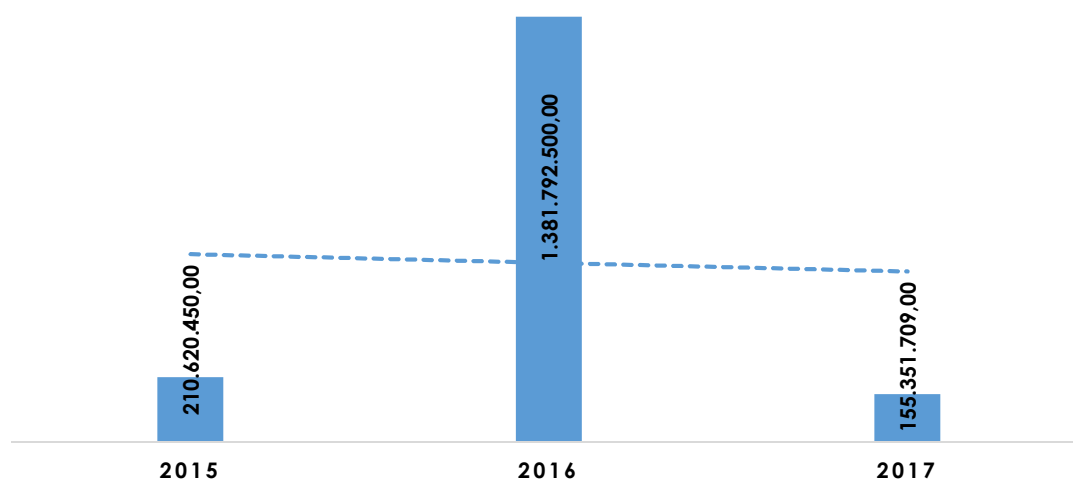
O mercado secundário continua a ser o principal desafio para a BVC, mostrando-se pouco dinâmica. Estão por realizar atividades como acompanhamento da supervisão e fiscalização dos Operadores de Bolsa, promover redução de custos para os operadores de bolsa, criar incentivos aos Operadores de Bolsa mais ativos no MS ou Atualizar dados e informações dos Investidores junto dos Operadores de Bolsa.

### 5.1 Atividades realizadas no mercado secundário

### 5.2 Análise das Operações Realizadas em Mercado Secundário

No Mercado Secundário (MS), contrariamente ao ano anterior, em 2017, as transações registaram uma diminuição considerável, tendo o volume de transações atingido o montante de 155.351.709\$00, o que provocou uma diminuição de 88,8% face ao ano transato. No entanto se excluirmos as operações fora de bolsa, poderemos constatar que o volume das operações em bolsa aumentou significativamente.

*Gráfico 5 - Volume Global transações no mercado secundário 2015/2017*

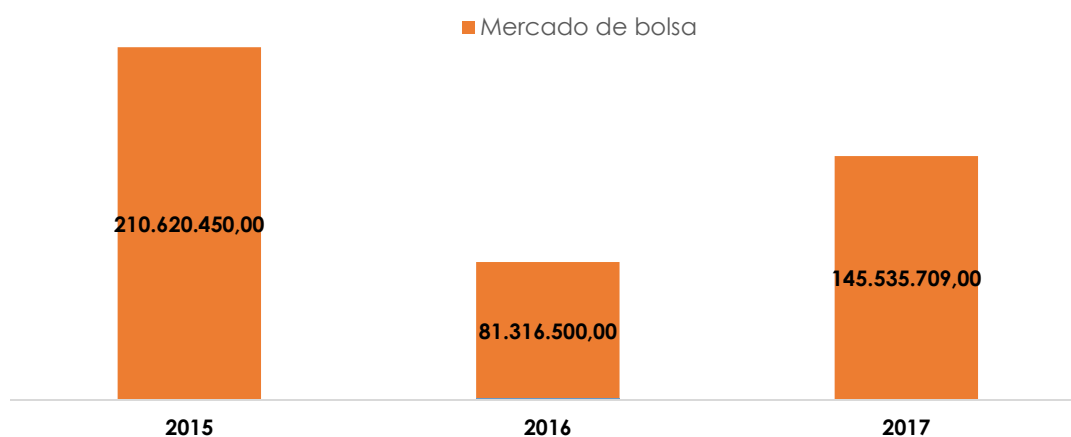


Durante o ano de 2017, verificou-se ainda transações de títulos cotados e não cotados, sendo que as para os títulos não cotados foram consideradas operações em mercado fora de bolsa com destaque para as ações da GARANTIA.

**Tabela 11 - Volume transações no mercado secundário por tipo de operações - 2015/2017**

Transação por tipo de operação	2015	2016	2017	Peso 17
Mercado fora de bolsa - Unlisted		800.000,00	9.816.000,00	6,3%
Mercado fora de bolsa-Listed		1.299.676.000,00	0,00	0,0%
Mercado de bolsa	210.620.450,00	81.316.500,00	145.535.709,00	93,7%
<b>TOTAL</b>	<b>210.620.450,00</b>	<b>1.381.792.500,00</b>	<b>155.351.709,00</b>	100%
Variação global	-48,2%	556,1%	-88,8%	

**Gráfico 6 - Volume Global transações no mercado de Bolsa 2015/2017**



No que tange ao volume de transações no mercado secundário, por tipo de título, em 2017, destaca-se as transações no segmento acionista que representa cerca de 79% do volume global de transações.

**Tabela 12 - Volume transações no mercado secundário por tipo de título - 2015/2017**

Tipo títulos	2015	2016	2017	Peso 17
Obrigações Diversas	69.319.000,00	19.881.000,00	20.200.000,00	13%
Ações	141.301.450,00	1.346.911.500,00	122.792.699,00	79%
Obrigações Tesouro		15.000.000,00	12.359.010,00	8%
<b>TOTAL</b>	<b>210.620.450,00</b>	<b>1.381.792.500,00</b>	<b>155.351.709,00</b>	100%
Variação global	-48,2%	556,1%	-88,8%	

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2017

**Tabela 13 - Volume Global transações no mercado secundário por título - 2015/2017**

	2015	2016	2017	Peso 17
<b>Bond</b>	<b>69.319.000,00</b>	<b>19.881.000,00</b>	<b>20.200.000,00</b>	<b>13,0%</b>
O ASAB TCL+0.25%	10.300.000,00	5.000.000,00		
O IFHA 2014				
OB BAI CV 5.9%		6.000.000,00		
Obr IFHB: TBA + 2,9%, Floor de 6,5% 2015				
Obrig A 6.5% ECV		2.300.000,00		
Obrig CVFF 2019	5.000,00	540.000,00		
OBRIG LIIA 7% 2019		1.396.000,00		
Obrig. BI 6% 2013		1.345.000,00		
Obrig. BI 6.5% 2018	57.895.000,00		200.000,00	
OBRIG. D TEC IMOB				
Obrig. Laboratórios Inpharma				
Obrigaçãõ SOGEI 2017	180.000,00			
Obrigaçãõ T.IND 7.5%				
OBRIGAÇÕES BCA 2017	939.000,00			
Obrigações Serie A - ECOBANK		3.300.000,00	20.000.000,00	
<b>Ações</b>	<b>141.301.450,00</b>	<b>1.346.911.500,00</b>	<b>122.792.699,00</b>	<b>79,0%</b>
Banco C. Atlântico	110.289.610,00	1.864.700,00	102.867.544,00	
C.E. de Cabo Verde	29.707.390,00	7.721.020,00	6.323.760,00	
CVGarante		800.000,00		
ENACOL	1.304.450,00	1.327.900.870,00	691.230,00	
Soc. C.V. de Tabacos		8.624.910,00	3.094.165,00	
GARANTIA, SA			9.816.000,00	
<b>OT</b>		<b>15.000.000,00</b>	<b>12.359.010,00</b>	<b>8,0%</b>
OT 5,1250% 09JUL2016				
OT 5.875% 02JUL2018		15.000.000,00		
OTE 4,4375 20260503			3.000.000,00	
OT 5,5625% 16JUN2018			9.359.010,00	
<b>Total Geral</b>	<b>210.620.450,00</b>	<b>1.381.792.500,00</b>	<b>155.351.709,00</b>	<b>100,0%</b>

No que respeita ao volume de transações no MS por Banco operador, em 2017, o BCA foi o Operador com maior volume de transações, tendo no final do ano, atingido um volume de transações de 119.306.269\$00, apesar de uma queda (-90,97%) face ao período homologo, representaram neste ano cerca de 76,8% do volume global.



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2017

**Tabela 14 - Volume transações (compras) por operador de Bolsa - 2015/2017**

Compras por Operador	2015	2016	2017	Peso 17
BAI CV		8.600.000,00	9.359.010,00	6,0%
BCA	12.397.800,00	1.321.659.250,00	119.306.269,00	76,8%
BCN	134.750,00	7.791.160,00	0,00	0,0%
BIA	58.218.500,00	33.716.290,00	20.362.670,00	13,1%
CAIXA	139.869.400,00	10.025.800,00	6.323.760,00	4,1%
<b>TOTAL</b>	<b>210.620.450,00</b>	<b>1.381.792.500,00</b>	<b>155.351.709,00</b>	<b>100%</b>
Variação global	-48,2%	556,1%	-88,8%	

Um outro indicador que realça a performance dos Operadores de Bolsa, é o número de operações de Compra efetuadas durante o ano. Conforme pode-se constatar na tabela infra, em 2017, o BCA foi o Operador mais ativo, tendo executado 78% do total das ordens no mercado, mas verificou-se um menor equilíbrio em relação ao ano anterior.

De frisar ainda que a frequência de transações caiu 15,9% face ao período homólogo.

**Tabela 15 - Numero transações de compra por operador de Bolsa - 2015/2017**

Num. Transações de Compra por Operador	2015	2016	2017	Peso 17
BAI		3	1	3%
BCA	13	11	29	78%
BCN	1	2	0	0%
BIA	8	16	2	5%
CECV	53	12	5	14%
<b>TOTAL</b>	<b>75</b>	<b>44</b>	<b>37</b>	<b>100%</b>
Variação global	-3,8%	-41,3%	-15,9%	

## 6. OPERAÇÕES DE CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO DE EVENTOS CORPORATIVOS

O objetivo central é garantir a boa gestão dos títulos desmaterializados e admitidos a cotação assegurando a integridade dos ativos sob sua guarda atualizando os registos decorrentes das movimentações corridos com os títulos (transferências, transmissão de titularidade, eventos corporativos, bloqueios de títulos, entre outros).

### 6.1. Principais atividades desenvolvidas

Com esse intuito, de um modo geral, ao longo do ano, foram feitas atualizações dos registos (transferências e transmissão de títulos) e coordenação de eventos corporativos (acompanhamento do calendário de processamento e pagamento de juros, e amortizações), divulgação de informações ao mercado, através da elaboração dos boletins de bolsa, a respeito das vida societária das entidades emitentes visando a proteção dos investidores e acompanhamento do cumprimento das obrigações das emitentes, contribuindo para o pleno funcionamento do mercado.

### 6.2 Análise dos Eventos Corporativos

Compreende todas as movimentações feitas ao longo do ano, sejam ela a nível fisco ou financeiro, buscando garantir o exercício de Direitos aos Dividendos, juros, rendimentos equiparados e amortização. Mitigar os riscos de liquidação financeira (procura garantir que os ganhos serão recebidos e que as operações de compra e venda serão liquidadas nas condições e no prazo estabelecido).

#### 6.2.1 Juros Vencidos

O montante dos juros vencidos em 2017 foi de 3.372.310.071\$00, apresentando um aumento de 2,8% face a 2016. O segmento de “Obrigações Diversas” tiveram um peso de 20,7% e de Obrigações do Tesouro 79,3%.

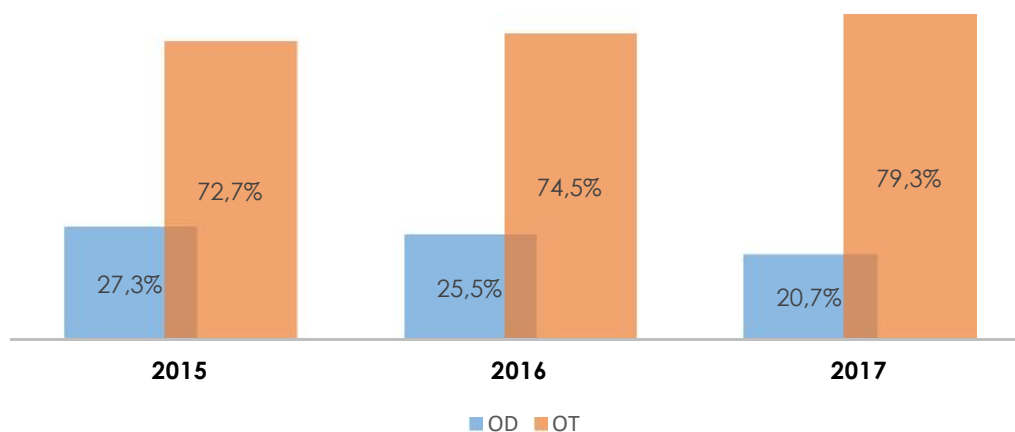
O Tesouro de Cabo Verde representa 79,3% do montante global dos juros vencidos, seguida pela ELECTRA, S.A. (6,8%), TACV (2,5%) e CVFF, SA (2,1%).

**Tabela 16 - Montante juros vencidos por tipo de título - 2015/2017**

Tipo Título	2015	2016	2017	Peso 17
OD	832.469.117,52	835.321.958,45	697.929.332,66	20,7%
OT	2.213.974.611,04	2.446.097.300,89	2.674.380.738,83	79,3%
<b>TOTAL</b>	<b>3.046.443.728,55</b>	<b>3.281.419.259,33</b>	<b>3.372.310.071,49</b>	100%
Variação global		7,7%	2,8%	

O Gráfico abaixo, permite visualizar a variação dos juros vencidos para as obrigações diversas e obrigações do tesouro.

**Gráfico 7 - Juros vencidos entre 2015/2017**



**Tabela 17 - Montante juros vencidos por tipo emitente - 2015/2017**

Juros Vencidos por Emitente	2015	2016	2017	Peso 17
ASA	30.937.500,00	29.875.000,00	12.500.000,00	0,4%
BAI	14.750.000,00	14.750.000,00	22.954.729,00	0,7%
BANCO INTERATLANTICO	31.875.000,00	31.875.000,00	31.875.000,00	0,9%
BCA	19.500.000,00	10.500.000,00	4.687.500,00	0,1%
CVFF	131.250.000,00	150.000.000,00	72.449.400,00	2,1%
ECOBANK	19.875.000,00	13.250.000,00	14.750.000,00	0,4%
ELECTRA	245.187.157,71	230.562.213,66	230.888.352,19	6,8%
EMPROFAC		7.500.000,00	6.250.000,02	0,2%
TESEOURO CV	2.213.974.611,04	2.446.097.300,89	2.674.380.738,83	79,3%
IFH	82.875.000,00	116.675.000,00	116.675.000,00	3,5%
LAB. INPHARMA	8.400.000,00	5.250.000,00	3.850.001,00	0,1%
MUN. PRAIA	24.451.875,00	22.899.375,00	21.346.875,00	0,6%
MUN. SAL	9.889.999,80	8.969.999,76	8.049.999,75	0,2%
SOGEI	64.000.000,00	64.000.000,00	32.000.000,00	0,9%
TACV	30.875.000,00	60.206.250,03	85.147.916,71	2,5%
TECNICIL IMOBILIÁRIA	118.602.585,00	69.009.120,00	34.504.560,00	1,0%
<b>TOTAL</b>	<b>3.046.443.728,55</b>	<b>3.281.419.259,33</b>	<b>3.372.310.072,49</b>	<b>100,0%</b>
Variação global		7,7%	2,8%	

**Tabela 18 - Taxa de Juros Nominal médio por Emitente - 2015/2017**

Taxa Nominal média	2015	2016	2017	Peso 17
ASA	6,88%	6,17%	5,000%	82%
BAI	5,90%	5,90%	4,625%	76%
BANCO INTERATLANTICO	6,38%	6,38%	6,375%	105%
BCA	6,00%	6,00%	6,250%	103%
CVFF	8,75%	10,00%	5,500%	90%
ECOBANK	6,75%	6,75%	6,600%	108%
ELECTRA	5,74%	5,81%	4,844%	79%
EMPROFAC		5,00%	5,000%	82%
GOVERNO CV	5,75%	5,57%	5,376%	88%
IFH	6,32%	6,41%	6,411%	105%
LAB. INPHARMA	7,00%	7,00%	7,000%	115%
MUN. PRAIA	6,90%	6,90%	6,900%	113%
MUN. SAL	6,90%	6,90%	6,900%	113%
SOGEI	6,40%	6,40%	6,400%	105%
TACV	6,50%	6,50%	6,333%	104%
TECNICIL IMOBILIÁRIA	8,64%	8,00%	8,000%	131%
<b>Média Geral</b>	<b>6,72%</b>	<b>6,61%</b>	<b>6,09%</b>	
Variação global		-1,7%	-7,7%	

De realçar que, nem todos os Juros vencidos no segmento de Obrigações Diversas foram efetivamente liquidados durante o ano.

Do montante de juros vencidos em 2017, ficou por ser liquidado a quantia de 77.587.200,00 estando em mora as seguintes emitentes: CVFF com 58,8% SOGEI, S.A. com 41,2% para o segmento de obrigações diversas

**Tabela 19 - Montante juros vencidos e por pagar por emitente - 2015/2017**

Emitente	2015	2016	2017	Peso 17
<b>CVFF</b>	113.094.624,00	123.737.880,00	45.587.200,00	58,8%
<b>SOGEI</b>	64.000.000,00	64.000.000,00	32.000.000,00	41,2%
<b>TECNICIL IMOBILIÁRIA</b>	58.274.750,00	61.358.800,00		0,0%
<b>total Geral</b>	<b>235.369.374,00</b>	<b>249.096.680,00</b>	<b>77.587.200,00</b>	<b>100%</b>
		5,8%	-68,9%	

### 6.2.2 Dividendos

No segmento acionista, todas as emitentes efetuaram o pagamento dos dividendos referentes ao exercício de 2016, no montante de global de 372.163.849\$00, pelas Ações free float seguindo a tendência do ano transato. Assim, a variação global de dividendos disponibilizados de 2016 para 2017 foi de menos 52,9%.

**Tabela 20 - Montante dividendos pagos por emitente - 2015/2017**

Emitente	2015	2016	2017	Peso 17
BCA	44.872.471,00	55.666.043,00	51.942.529,00	14%
CEC	167.040.000,00	139.200.000,00	72.662.400,00	20%
ENA	129.688.227,00	541.131.000,00	174.888.000,00	47%
SCT	54.525.000,00	54.525.000,00	72.670.920,00	20%
<b>TOTAL</b>	<b>396.125.698,00</b>	<b>790.522.043,00</b>	<b>372.163.849,00</b>	100%
Variação global		99,6%	-52,9%	

**Tabela 21 - Valor unitário dividendos - 2015/2017**

Emitente	2015	2016	2017	Peso 17
BCA	56,11	69,60	64,65	18%
CEC	120,00	100,00	58,00	16%
ENA	129,73	541,13	499,68	137%
SCT	625,00	625,00	833,00	229%
<b>Média</b>	<b>232,71</b>	<b>333,93</b>	<b>363,83</b>	<b>400%</b>
Variação global		43,5%	9,0%	

### 6.2.3 Amortizações

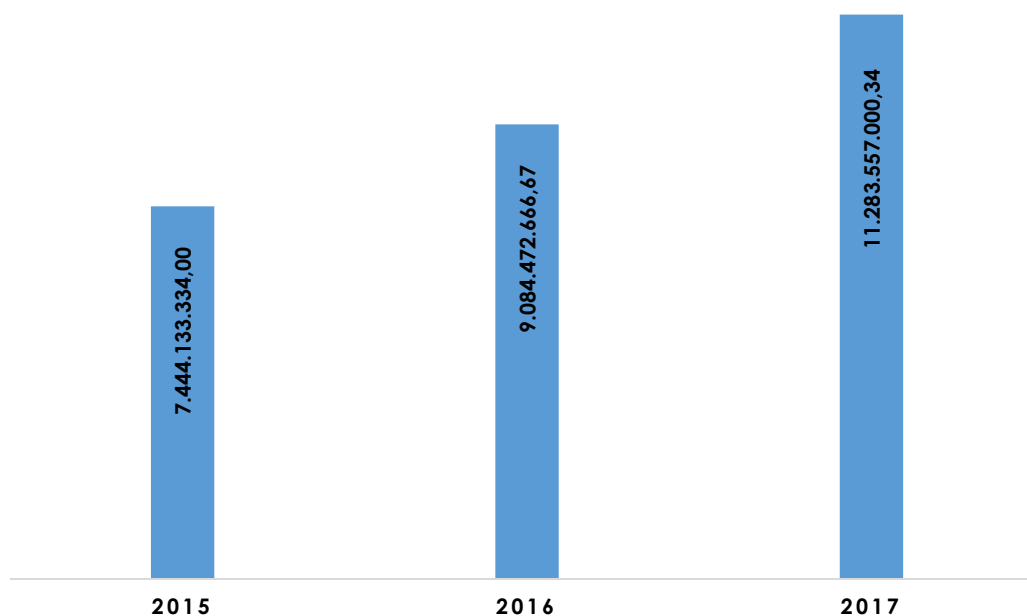
O montante total das amortizações atingiu os 11.283.577.000\$00, aumentando 24,2% relativamente ao período homologo. Os títulos do tesouro tiveram maior expressão no total em 75%.

O segmento de Obrigações Diversas (Corporate Bond e Municipal Bond) registou um aumento no montante de processamentos, totalizando 2.808.492.000\$34, representando 24,9% no montante global.

**Tabela 22 - . Montante amortizações vencidos por tipo de título - 2015/2017**

Emitente	2015	2016	2017	Peso 17
BT	2.165.300.000,00	2.789.106.000,00	3.284.400.000,00	29,1%
OD	1.235.833.334,00	1.204.166.666,67	2.808.492.000,34	24,9%
OT	4.043.000.000,00	5.091.200.000,00	5.190.665.000,00	46,0%
<b>total Geral</b>	<b>7.444.133.334,00</b>	<b>9.084.472.666,67</b>	<b>11.283.557.000,34</b>	<b>100%</b>
Variação global		22,0%	24,2%	

**Gráfico 8 - Amortizações vencidos entre 2015/2017**



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2017

**Tabela 23 - Montante amortizações vencidos por emitente - 2015/2017**

Emitente	2015	2016	2017	Peso 17
ASA	0,00	450.000.000,00	0,00	0,0%
BAI	0,00	250.000.000,00	0,00	0,0%
BANCO INTERATLANTICO	0,00	0,00	0,00	0,0%
BCA	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	0,9%
CVFF	0,00	0,00	0,00	0,0%
ELECTRA	0,00	0,00	1.740.878.000,00	15,4%
EMPROFAC	0,00	16.666.666,67	33.333.333,34	0,3%
GOVERNO CV	6.208.300.000,00	8.180.306.000,00	8.475.065.000,00	75,1%
IFH	330.000.000,00	0,00	0,00	0,0%
LAB.INPHARMA	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	0,2%
MUN. PRAIA	22.500.000,00	22.500.000,00	22.500.000,00	0,2%
MUN. SAL	13.333.334,00	13.333.334,00	13.333.334,00	0,1%
SOGEI	0,00	0,00	0,00	0,0%
TACV	0,00	31.666.666,00	15.833.333,00	0,1%
TECNICIL IMOBILIÁRIA	750.000.000,00	0,00	862.614.000,00	7,6%
<b>total Geral</b>	<b>7.444.133.334,00</b>	<b>9.084.472.666,67</b>	<b>11.283.557.000,34</b>	<b>100%</b>
Varição global		22,0%	24,2%	

## 7. TRANSFERÊNCIAS DE TÍTULOS

### 7.1 Transferências processadas

Relativamente às transferências efetuadas em 2017, conforme se pode constatar na tabela 20, para o segmento acionista, a quantidade total transferida foi de 33.790 ações, sendo 1.504 sem mudança de titularidade e 32.286 com mudança de titularidade.

De notar ainda transferências de Obrigações Diversas (150.000\$00) e Obrigações do Tesouro (149.808.000\$00), todas no regime de transferências sem mudança de titularidade.

*Tabela 24 - Volume de transferências - 2015/2017*

	2015	2016	2017
<b>Equity</b>	<b>4.272</b>	<b>2.096</b>	<b>67.580</b>
Trf. c/M.Tit. a Cre.	313		32.286
Trf. c/M.Tit. a Deb.	313		32.286
Trf. s/M.Tit. a Cre.	1.823	1.048	1.504
Trf. s/M.Tit. a Deb.	1.823	1.048	1.504
<b>OD</b>	<b>43.728.000,00</b>	<b>29.290.000,00</b>	<b>300.000</b>
Trf. c/M.Tit. a Cre.	6.129.000,00		
Trf. c/M.Tit. a Deb.	6.129.000,00		
Trf. s/M.Tit. a Cre.	15.735.000,00	14.645.000,00	150.000
Trf. s/M.Tit. a Deb.	15.735.000,00	14.645.000,00	150.000
<b>OT</b>		<b>8.000.000</b>	<b>299.616.000</b>
Trf. s/M.Tit. a Cre.		4.000.000,00	149.808.000
Trf. s/M.Tit. a Deb.		4.000.000,00	149.808.000
<b>Total Geral</b>	<b>43.732.272,00</b>	<b>37.292.096,00</b>	<b>299.983.580,00</b>



## 7.2 Codificação ISIN

Dentro das suas atribuições enquanto agência nacional de codificação ISIN (International Securities Identification Number), a BVC atribui os códigos de acordo com as normas internacionais, definidas pela ANNA (Association of National Numbering Agencies), associação na qual a BVC faz parte integrante.

Fruto das emissões e desmaterialização de títulos, no ano de 2017 foram atribuídos 33 novos códigos ISIN, sendo que a maior parte (90,9%) destinado foi destinado para as emissões do Tesouro. Em relação ao ano passado, houve uma redução de 15,4%.

**Tabela 25 - Numero de títulos codificados por emitente 2015/2017**

Emitente	2015	2016	2017	Peso 17
ASA, SA	0	1	1	3%
BAI	0	2	0	0%
ECOBANK CABO VERDE, S.A.	0	0	1	3%
ELECTRA, SA	0	0	1	3%
EMPROFAC	1	0	0	0%
ESTADO	32	35	30	91%
GARANTIA	0	0	0	0%
IFH	3	0	0	0%
Imobiliária Fundiária e Habitat, S.A	0	0	0	0%
INPHARMA	0	0	0	0%
TACV	2	1	0	0%
<b>total Geral</b>	<b>38</b>	<b>39</b>	<b>33</b>	<b>100%</b>
Variação global		2,6%	-15,4%	

**Tabela 26 - Numero de títulos codificados por segmento 2015/2017**

Tipo Titulo	2015	2016	2017	Peso 17
BT	6	8	12	36,4%
Equity	0	0	0	0,0%
OD	6	4	3	9,1%
OT	26	27	18	54,5%
<b>total Geral</b>	<b>38</b>	<b>39</b>	<b>33</b>	<b>100%</b>
Variação global		2,6%	-15,4%	

## **8. FORMAÇÃO e I&D /LITERACIA FINANCEIRA**

O objetivo é promover, em articulação com as Instituições de Ensino Superior do país estudos e investigação sobre os aspetos importantes para o desenvolvimento do mercado de capitais cabo-verdiano, nomeadamente, estudos de viabilidade e de casos de novos serviços e produtos concernentes às Bolsas de Valores e Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários Escriturais.

Desenvolver um programa de Literacia financeira a nível nacional, focalizado em cada seguimento da sociedade: crianças, adolescentes, jovens, empreendedores, gestores, etc.

### ***Área De Formação E Educação***

#### **Formação continua**

- ✓ Definição de estratégia institucional.
- ✓ Levantamento de necessidade e de interesses.
- ✓ Levantamento de necessidades formativas junto dos parceiros com vista a se elaborar Ofertas de Cursos a incluir no Plano de Formação 2017.

#### **Praça Financeira**

- ✓ Encontro Interno de definição estratégica e estrutura para a 3ª temporada do programa televisivo «Praça Financeira»;
- ✓ Encontros de Abertura de Negociação com a TCV;
- ✓ Sinopse da nova temporada;
- ✓ Preparação e Elaboração de Plano de Produção;
- ✓ Roteiro junto de instituições, com vista a se identificar parceiros/patrocinadores para o programa.

#### **Programa de Rádio (Sinopse / Genérico)**

- ✓ Encontro Interno de definição estratégica e estrutural para nova temporada.
- ✓ Sinopse da nova temporada.
- ✓ Solicitação de Proposta Técnica e Financeira.
- ✓ Preparação e Elaboração de Plano de Produção.
- ✓ Preparação da Equipa de Produção e difusão.
- ✓ Gestão do Projeto.

#### **Formação comercial**

Em 2017, em parceria com a Porto Business School (PBS) realizou-se um importante curso designado por “Programa Avançado de Corporate Governance”. Nesta formação, estiveram presentes 20 formandos, sendo que todos eles receberam uma

conta de acesso a Plataforma *e-Learning* do PSB, permitindo-lhes acessar os certificados e os materiais de apoios. Em todas as ações realizadas foram atingidos os objetivos esperados, expectando a realização de outras edições, abordando outros temas de interesses do mercado financeiro e

### **Formação Interna**

Atividade de formação interna relacionado com os Recursos Humanos, foram desenvolvidas algumas ações e formações, nomeadamente:

- ✓ Identificação de necessidades de desenvolvimento de competências internas (necessidades de formação);
- ✓ Realização de uma sessão de formação intra, para toda a equipa da BVC, sob o Tema, Gestão do Tempo – Organização Pessoal para Produtividade.
- ✓ Participação em dois eventos organizados pela Unidade de Informação Financeira
  - a) Workshop de apresentação dos resultados da Avaliação Nacional de Riscos de Lavagem de Capitais (LC) e de Financiamento do Terrorismo (FT) de Cabo Verde, 24/11/2017;
  - b) Encontro com Avaliadores da Avaliação Mútua no âmbito dos Estados membros do GIABA, 27/11/2017.
- ✓ Participação no seminário Prevenção de Lavagem de Capital – promovido pela ATTF /BCV.
- ✓ Participação no minicurso Certificado Digital - Implementação e gestão de uma entidade certificadora – promovido pelo SISP.

## 9. MARKETING E COMUNICAÇÃO

Os principais objetivos estão relacionados com a Imagem Institucional, nomeadamente, posicionar como uma entidade reconhecida pelo mercado, com uma imagem sólida, que transmite confiança e ao mesmo tempo, inovação com segurança.

Relativamente às atividades desenvolvidas destacam-se:

- A nível institucional, o departamento contava com o desenvolvimento das ações traçadas dentro das linhas estratégicas apresentadas para o triénio e, principalmente, o Plano de Atividade que esteve pendente de aprovação;
- Parte da estratégia de promoção dos Títulos do Tesouro, foram editados e divulgados os calendários de leilões do ano de 2017, bem com a divulgação individual dos leilões durante este período e suas respetivas taxas;
- O acompanhamento diário da página da BVC na rede social *Facebook*, espaço onde ultimamente teve uma grande afluência dos seguidores, podendo perceber uma maior dinâmica e interesse das pessoas. Foi igualmente elaborado um Parecer da satisfação de seguidores na rede social *Facebook* (indicadores de desempenho);
- Foi preparado um questionário para medir a satisfação dos *stakeholders*, nomeadamente operadores de bolsa e emitentes. Este questionário visava recolher informações relativamente à satisfação do serviço prestado pela BVC, a fim de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos;
- Participação na Semana de Marketing ISCEE em que a BVC apoiou com brindes (merchandising BVC);
- Promoções dos Newsletters (1º semestre de 2017);
- Desenvolvimento, produção e promoção da Campanha de Natal 2017;
- Concurso Criação de Logotipo Comemoração 20 anos BVC destinado a jovens estudantes das universidades nacionais;
- A nível interno, o departamento trabalhou num Draft/proposta plano de comunicação interna onde foram elaborados um *doc.* de monitorização, manual de normas de procedimento interno, com o objetivo de uniformizar a comunicação interna;
- Criação da comissão de organização da comemoração dos 20 anos da Bolsa de Valores de Cabo Verde, entre outros.
- Serviços de Sinalética interna.

## 10. JURÍDICO E REGULAMENTAÇÃO

Esta área ou Serviço, visa essencialmente, assessorar a administração e demais órgãos da empresa em matéria jurídica, bem como, garantir o cumprimento de todas as normas internas e outros dispositivos legais relativos ao funcionamento da BVC e do Mercado de Capitais.

Sendo certo que, nos últimos anos, a área jurídica da BVC, têm sido essencialmente, uma área de suporte aos vários departamentos ou outras áreas operacionais da BVC, para o ano de 2017, estabeleceu-se como objetivo, dar uma maior dinâmica à área, cultivando uma vertente investigativa e de busca de práticas legais e regulamentares, noutras praças financeiras, captando modelos que possam ser adequados á nossa realidade.

Nem todas as atividades avançaram, tendo sido essencialmente as atividades diárias, ou aquelas que não dependiam de outros projetos do Plano, para avançarem.

Na sequência e conforme previsto no Plano de Atividades da BVC para 2017, já foram desencadeadas algumas ações como:

- REGULAMENTOS INTERNOS, cujo objetivo essencial é avaliar a eficácia ou cumprimento dos regulamentos, por parte dos seus destinatários e, eventualmente, atualizá-los ou adaptá-los às necessidades evidenciadas. Face a isso, foi atualizado e apresentado ao CA, um novo Regulamento de Controlo de Acesso, Pontualidade e Assiduidade, visto que, a BVC adotou um novo sistema eletrónico que permite o controlo e gestão de acesso, pontualidade e assiduidade dos seus colaboradores, através de leituras biométricas;
- CIRCULARES DE BOLSA, considerando que a BVC, enquanto entidade Gestora do mercado de valores mobiliários e dos sistemas centralizados e de liquidação, deve estar sempre atualizado e adaptado àquilo que são as melhores práticas internacionais, em toda a sua vertente e, necessariamente, a nível de regulamentação (autorregulação) mediante a elaboração e aprovação de Circulares de Bolsa. Daí a necessidade de fazer algumas adequações às Circulares atualmente existentes, já devidamente identificadas. Neste sentido, foi desenvolvido um trabalho de melhoria a duas circulares já existentes, nomeadamente, a Circular que define as condições e regras de acesso à qualidade de Operadores de Bolsa, bem como, a Circular contém as regras operacionais aplicáveis à gestão e funcionamento dos Sistemas de custódia e liquidação de valores mobiliários geridos pela BVC;

- IMPLEMENTAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES DE BOAS PRÁTICAS (OU UM CÓDIGO) DA GOVERNANÇA CORPORATIVA, cujo objetivo essencial é ajudar as empresas a introduzir e aderir às boas práticas de Corporate Governance, face às vantagens existentes. Esta ação foi iniciada, fazendo um primeiro contacto com a AGMVM, no sentido coordenar uma forma conjunta de promoção do Código, que tratam de normas orientadoras ou recomendações dirigidas às sociedades emitentes de ações ou obrigações admitidas à negociação.

Para além destas atividades normativas, também foram desenvolvidas as seguintes atividades a destacar:

- ✓ Trabalhos desenvolvidos no âmbito da **Avaliação Nacional de Risco de Branqueamento de Capitais e Avaliação Mutua**, representando a BVC. Estes trabalhos prendem-se essencialmente com o fornecimento de informações, dados e documentos que permitam verificar o grau de risco e de conformidade técnica do país face ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo. As Instituições disponibilizarão dados e informações que estão associadas à sua área de atuação.
- ✓ Assessoria a elaboração dos Documentos relativos à **Oferta Particular de Obrigações Subordinadas do ECOBANK**, ainda em curso.
- ✓ **Processo Caixa Económica de Cabo Verde** – Em resultado da alteração dos seus Estatutos em 2015, por razões de fungibilidade requereria a admissão de Admissão à cotação de 139.200 Ações que à data não foram cotadas por se tratarem de um grupo de ações de categorias diferentes, passando a revestir todas a mesma categoria.
- ✓ - **Elaboração do projeto de alteração dos Estatutos da BVC**. A alteração visava a previsão da figura de Fiscal Único, a par do Conselho Fiscal, conferindo à Assembleia Geral a faculdade de deliberar sobre a figura a vigorar em cada momento. Esta iniciativa culminou na aprovação do projeto, pela Assembleia Geral, na sua reunião ocorrida em 9 de março de 2018.
- ✓ - **Estudo do mecanismo de cessão de créditos para efeitos de titularização, no âmbito do processo de alavancagem dos Fundos do Turismo, Ambiente e de Manutenção Rodoviária**. Foi elaborado um parecer de enquadramento de operações do género e delineamento dos procedimentos a serem adotados.
- ✓ - **Análise sobre o enquadramento da Operação Pública de Venda (OPV) da participação do Estado na ENACOL, S.A.** O parecer emitido concluiu que o

procedimento de Oferta Pública de Venda (OPD) implica a fixação de um preço determinado previamente ao lançamento da oferta.

- ✓ - **Análise do procedimento aplicável à penhora de valores mobiliários** - Foi elaborado um parecer de elucidação do procedimento aplicável, com base no qual foi dado seguimento ao referido pedido. O parecer emitido veio a complementar, posteriormente, por uma adenda.
- ✓ - **Aconselhamento em matéria de Recursos Humanos**
- ✓ - **Acompanhamento do *dossier* “Dinamização do Mercado Secundário da Dívida pública”.**

## 11. DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Para 2017, um dos principais objetivos deste departamento, era a manutenção do Certificado de Qualidade Iso 9001 e o processo de transição para Norma ISO 9001:2015.

Sendo certo que, no projeto do Plano de atividades para 2017, foi definido, enquanto linhas estratégicas para o ano, a curto e médio prazo, a aposta na qualidade e valorização dos recursos humanos, investimento no crescimento profissional dos seus colaboradores, cabia a este departamento, zelar pelo cumprimento deste objetivo, em estreita relação com a Gestão de Topo.

Assim, todas as atividades previstas, realizadas e por realizar, foram nesta linha de orientação.

PLANEAMENTO DE RH – DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS, cujo objetivo para esta ação foi de pelo menos uma ação de formação por colaborador. Essas ações foram efetivamente realizadas.

MELHORIA CONTÍNUA – SIGQRH, cujo objetivo fundamental foi a manutenção do Certificado de Qualidade Iso 9001, apostar na melhoria continua de todos os processos operacionais da Bolsa, garantindo, cada vez mais, um melhor serviço aos seus clientes e parceiros. Garantir um bom processo de transição da Norma Iso 9001:2008, para 9001:2015, também foi fundamental. Esta ação concreta desdobrou-se em várias ações ou atividades, com destaque para a avaliação e conclusão relativamente aos resultados Indicadores de Desempenho (ID's) dos Processos, relativo ao ultimo Semestre de 2016 e definição de novos ID's 2017; Revisão pela Gestão, onde se faz um balanço do desenvolvimento de todos os aspetos fundamentais do Sistema de Gestão, analisando os resultados da Revisão do ano anterior e, propostas para continuidade no ano em apreço; No âmbito do processo de transição da norma de ISO 9001: 2008 para 9001: 2015, foram desencadeadas também, algumas ações, nomeadamente, uma avaliação à organização, no seu todo, passando pela avaliação dos suportes de Conhecimento Organizacional, identificando as partes interessadas da BVC, desde seus colaboradores, fornecedores de serviço e principais parceiros do mercado, identificar também possíveis preocupações relativamente a essas partes. Foram identificadas ainda, fatores internos e externos, relevantes para o contexto atual e futuro da BVC, fazendo uma análise de riscos e oportunidades e, eventualmente, ações face aos riscos e oportunidades identificadas; ainda, neste processo de transição, foi feita uma análise de Riscos e Oportunidades de todos os Processos do



Sistema de Gestão, bem como, eventuais outros temas a considerar. Esta análise prende-se essencialmente possíveis incertezas sobre os objetivos definidos nos indicadores de cada processo, pensando em situações que levarão ao não atingimento desses objetivos e ainda, o que fazer para garantir o sucesso desses objetivos.

PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO, cujo objetivo fundamental é criar uma equipa com um número de técnicos suficientes para dar resposta às atividades e projetos da BVC. Esta ação concreta desdobrou-se em:

- Ações ou atividades, desde a avaliação ou identificação dessa necessidade, consoante as áreas existentes, solicitação de propostas técnicas/financeiras junto das entidades que prestam esse serviço, até à elaboração do parecer, identificando a proposta que vai mais de encontro às necessidades e exigências da BVC.
- Lançamento / acompanhamento do concurso para recrutamento e seleção de Técnicos para a BVC;
- Seleção, recrutamento e integração de novos colaboradores.
- Solicitação de proposta para implementação do programa de avaliação de desempenho, com foco nos objetivos e resultados.
- Identificação de necessidades de desenvolvimento de competências internas (necessidades de formação);
- 

SISTEMA DE RETRIBUIÇÃO E PRÉMIOS/PLANO DE CARGOS CARREIRAS E SALÁRIOS, cujo objetivo fundamental é definir um Plano de Salário/remuneração definido de forma justa e adequada à realidade institucional. Relativamente a esta ação, foi revisto o Documento Suplementar de Retribuição e Prémios, já desenvolvido aquando da implementação do Sistema de Gestão e conseqüentemente, a avaliação dos ficheiros suporte. Foi desenvolvido todo um enquadramento deste processo, no sentido de fazer a integração das situações atuais e futuras dos colaboradores da BVC.

Por fim, quanto ao SISTEMA DE RETRIBUIÇÃO E PRÉMIOS/PLANO DE CARGOS CARREIRAS E SALÁRIOS, todas as ações que dependiam deste departamento foram desenvolvidas, tendo sido elaborado um parecer, com todas as atividades envolvidas neste processo. Entretanto, o que efetivamente se quer é a implementação do sistema e, este ainda não foi possível, dado a alguns constrangimentos.

Ainda, no âmbito das atividades desenvolvidas por este departamento, para além das atividades correntes, destacam-se:

- A atualização do Documento do Sistema de Gestão – Organigrama e Descritivo de funções, revendo e melhorando todos os descritivos de funções ou responsabilidades fundamentais.
- Elaboração do Relatório de Governo Societário - 2016, em que, a BVC enquanto entidade responsável para exercer as funções de Entidade Gestora destes Sistemas, obriga-se à divulgação anual de um relatório sobre a estrutura e as práticas de governo societário.
- Elaboração do Relatório Anual Detalhado da BVC - 2016, em que, no âmbito das atividades relativas a instrumentos financeiros, a BVC disponibiliza as informações necessárias à verificação do seu grau de Liquidez, dos riscos que Incorre, das práticas de gestão e controlo dos riscos, metodologias de avaliação de ativos, etc.

## 12. INFORMÁTICA E TECNOLOGIAS

A BVC, em linha com as Bolsas mais dinâmicas das principais praças financeiras mundiais, desenvolve o seu negócio, recorrendo às plataformas eletrónicas, quer do ponto de vista de negociação, quer do ponto de vista de gestão de todo os seus processos de negócio. Neste particular, o desempenho das suas infraestruturas tecnológicas torna-se num requisito básico enquanto suporte fundamental para o desenvolvimento do seu negócio pois, agrupa e organiza o conjunto de elementos tecnológicos que suportam e sustentam as operações da organização. A BVC tem investido milhões de CVE para a modernização das infraestruturas tecnológicas e aplicacionais, suportando as estratégias globais e transversais a todas as suas áreas de negócio.

Dito isto, a *governance* de **Sistemas e Tecnologias da Informação (STI) da BVC** assume um papel estratégico, desde que, devidamente alinhados com os processos e objetivos de negócio, e, com uma visão cada vez mais orientada para o futuro. Assim, pelo seu carácter transversal e impacto potencial no desenvolvimento e internacionalização do Mercado Financeiro e de Capitais do país e, consequentemente, na competitividade e financiamento da economia cabo-verdiana, a função STI constitui uma área crítica para o sucesso do objeto da BVC, que precisa estar à altura dos propósitos e desafios do mercado de capitais e metas definidas pelo seu acionista, o Estado de Cabo Verde, representado pelo seu Governo.

Nesta linha de preocupação, o Conselho de Administração da BVC decidiu lançar um concurso objetivando a **contratação de uma auditoria externa aos seus componentes da infraestrutura de TI**, agrupados em camadas física e de gestão, incidindo na avaliação geral e específicas das infraestruturas tecnológicas e das soluções aplicacionais que suportam o negócio da BVC. Como resultado da auditoria externa deverá ser entregue um relatório exaustivo contendo:

- **Ponto de situação atual (incluindo riscos operacionais identificados);**
- **Recomendações;**
- **Plano de Ação.**

Em suma, em 2017 o DSTI desenvolveu as seguintes atividades:

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2017

- ✓ Aquisição de novos equipamentos informáticos (PC's, Impressora de Rede, impressoras de escritórios), atendendo a necessidade de criação de novo workstation;
- ✓ Criação do Termo de Referência para a Contratação de Auditoria de Segurança Tecnológica (Concurso Auditoria IT);
- ✓ Concurso (Concurso Auditoria IT);
- ✓ Desenvolvimento do aplicativo «Título e Saldo» a ser consumido pelo Banco de Cabo Verde (integrado com o Sistema de Bolsa), para efeitos de liquidação;
- ✓ Criação do Termo de Referência e Caderno de Encargos visando o desenvolvimento do Site de Negociação;
- ✓ Criação do Termo de Referência e Caderno de Encargos visando o desenvolvimento do Portal Corporativo da Bolsa;
- ✓ Análise e arranque do processo para migração da tecnologia Cobre para Fibra – Rede sem fio interna.

### 13. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A BVC entende a importância dessa variável, buscando a melhor forma de introduzir aspetos de carácter social e ambiental nas suas atividades e estratégias, de forma a criar um conjunto de valores que envolvam todos os *stakeholders*, pelo impacto que tem na sociedade em geral e nas comunidades e/ou segmentos mais necessitados e promissores.

Considera que integrar questões ambientais, sociais e de governança a seus processos e produtos, bem como ao relacionamento com clientes.

O ano de 2017 foi atípico, acabando por afetar o normal desenvolvimento do plano de atividade para o ano, e naturalmente essa rubrica de apoios e patrocínios feitos pela instituição, uma vez que o plano e orçamento só foram aprovados no final do 1º semestre do corrente ano e com efeito a partir dali.

## 14. CONTAS E INDICADORES FINANCEIROS

Enquanto sociedade anónima e tendo em conta as responsabilidades para com o mercado e os acionistas, a gestão dos recursos financeiros da BVC exige um grande profissionalismo, atuando sempre com base nas melhores práticas de governança corporativa e, especialmente, com foco na transparência e geração de valor para as suas partes interessadas, permitindo que a instituição cumpra com a sua missão de proporcionar a todos os agentes económicos alternativas de investimento e financiamento, através da realização e intermediação de operações sobre valores mobiliários, com ética nos negócios e valorização do capital humano.

A efetivação daquilo que foi previsto para o ano de 2017, em termos das despesas e receitas, torna agora possível a prestação de contas que se segue, necessário para melhor orientar futuras tomadas de decisões, buscando sempre a maior transparência aos resultados obtidos.

A preparação e apresentação das demonstrações financeiras foram feitas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro de Cabo Verde.

A BVC vem apresentando resultados líquidos positivos, consecutivamente, demonstrando uma posição financeira geral estável e com tendência crescente, apesar das oscilações, tendo-se situado nos 20.326.000,00 no final do exercício de 2017 (porém houve uma redução de 20% face ao ano de 2016). Apresentado uma estrutura de capital sólida, sem dependência do capital de terceiros (seu ativo vem sendo sempre maior que seu passivo), tendo a sua atividade e projetos de investimentos financiados por recursos próprios (acrescentando valor à instituição e ao acionista), cumpridora dos seus deveres fiscais e demais para com o pessoal e fornecedores, com um volume de negócios no montante de 87.195.000,00, para o período em apreço (porém houve uma ligeira redução, de 3,7%, face ao período homólogo).

Na sequência, seguem alguns Indicadores e Rácios da Gestão, do exercício de 2017, com alguma comparabilidade relativamente ao período homólogo.

### 14.1 Situação Patrimonial e Investimentos

No Balanço pode-se confrontar o ativo e o passivo do património da BVC, para o referido ano económico, e obter as informações seguintes.

### 14.1.1 Situação Patrimonial

A evolução da situação patrimonial da BVC caracterizou-se por um ligeiro decréscimo de 0,7% no valor dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

O impacto das depreciações e amortizações no imobilizado refletiu da redução de quase 20% no valor do imobilizado, e não houve grandes investimentos que compensassem essas reduções.

Destaca-se ainda o incremento de 7,3%, tendo em conta o período homólogo, contribuindo para um resultado por ação de 519,50.

**Tabela 27 - Situação Patrimonial 2015/2017**

Descrição	2015	2016	2017	Var. 16/17
Ativo (bruta + ativo em curso)	187.599.000,00	190.996.000,00	189.724.000,00	-0,7%
Capital Social	50.000.000,00	50.000.000,00	50.000.000,00	0,0%
Imobilizado líquido	55.956.000,00	67.385.000,00	53.960.000,00	-19,9%
Capitais Próprios	85.490.000,00	104.634.000,00	112.232.000,00	7,3%
Resul. Antes do Imposto por Ação	634,32	643,54	519,50	-19,3%

**Tabela 28 - Principais investimentos**

Para 2017 foi previsto um montante de 25.267.720,00 destinado à ações integrantes do plano de atividades (compreendendo investimentos em programas a serem desenvolvidos até 2018) e de negócios (com objetivos estratégico de 2017-2020, cujo objetivo geral é o aumento da liquidez mercado e da qualidade dos serviços), com alicerce nas linhas estratégicas 2017/2020 cujos objetivos essenciais prendem-se com o aumento da Liquidez e da Qualidade do mercado, com recursos próprios: desenvolver o Mercado Secundário principalmente o mercado de Títulos do Tesouro e intensificar a Comunicação e Canais de Acesso; encorajar Emissões do Setor Privado e Municípios via Mercado de capitais; promover a Educação e Literacia financeira e o Desenvolvimento Plano Nacional de Formação Financeira; Promover a Criação de um Mercado de Listagem e encorajar o Surgimento de Corretores Independentes; Promover a implementação de Plataformas de financiamento às PME; Estabelecimento de Alianças Estratégicas com Instituições de Mercados de Capitais internacionais; Atividades Diversas dos diferentes departamentos.

Para os investimentos realizados em ativos fixos tangíveis encontramos os equipamentos básicos, administrativo e mobiliário diverso, resultante da necessidade de proceder às alterações na sede para acomodar os novos

administradores nomeados em 2017. As alterações compreendem áreas de tecnologias de informação; equipamentos básicos (computadores); melhoramentos no edifício próprio; e restantes equipamentos administrativos e imobilizações diversas e intangíveis, nomeadamente, programas de computador e projetos de desenvolvimento do novo website e plataforma de leilões.

## **14.2 Análise da Situação Económica e financeira**

A seguir confrontamos os diversos grupos ou contas patrimoniais e de resultado de forma que se estabeleça uma relação que possibilite a mensuração da situação económica e/ou financeira da BVC.

### **14.2.1 Situação Económica**

Para evidenciar o retorno auferido com a utilização de seus ativos, bem como procurar relacionar o seu lucro com seu tamanho expresso por meio de suas vendas ou mesmo de seus ativos, seguem dados referentes a margens de rentabilidade como as de resultados apurados, de retorno do capital investido, entre outras.

Pese embora, as atividades da bolsa durante todo o ano de 2017 foram executadas em regime de gestão, pelo facto das planos não terem sido aprovados, resultando em limites de realização de atividades não correntes, os resultados económicos da Instituição, à semelhança dos últimos anos, o desempenho foi satisfatório, atingindo um resultado líquido de 20.326.000,00 e um volume de negócios de 87.195.000,00, (sofrendo uma ligeira redução comparativamente ao ano de 2016), tendo ainda alcançado rácios que demonstram a solidez financeira, designadamente Solvabilidade (18,28), autonomia financeira (0,95) e Liquidez geral (10,49).

Para os indicadores da performance económica, em linha com a redução ligeira do volume de negócios, e perante a não realização em plena das atividades, os outros indicadores são consistentes com este cenário constante no quadro infra, e com a rigidez dos custos fixos, traduzindo em ligeiras quedas apresentadas pelas rubricas na tabela abaixo: volume de vendas, sendo composto maioritariamente pelas receitas provenientes dos serviços de custódia mensal (81,12% do total) e manutenção anual na cotação (15,65% do total), seguido pela taxa de inscrição de operadores tendo sido penalizado pela redução de 93,73% para as operações de Bolsa; FST mantendo-se praticamente constante nos últimos três anos; custos com pessoal reduziu em 8,6% comparativamente a 2016.



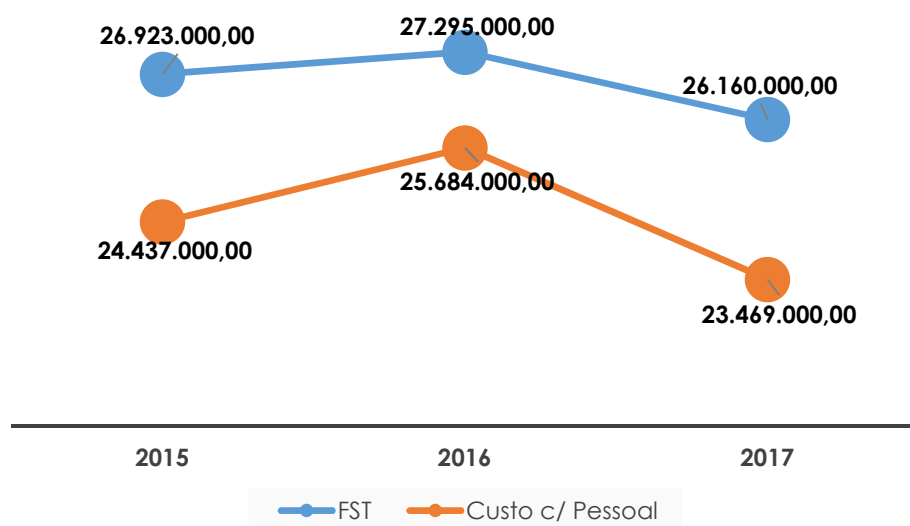
**Tabela 29 – Situação Económica 2015 - 2017**

Descrição	2015	2016	2017	Var. 16/17
Volume de Negócios	88.995.000,00	90.564.000,00	87.195.000,00	-3,7%
FST	26.923.000,00	27.295.000,00	26.160.000,00	-4,2%
Custo c/ Pessoal	24.437.000,00	25.684.000,00	23.469.000,00	-8,6%
EBITDA	50.583.000,00	47.639.000,00	41.167.000,00	-13,6%
Resultado antes do Imposto	31.716.000,00	32.177.000,00	25.975.000,00	-19,3%

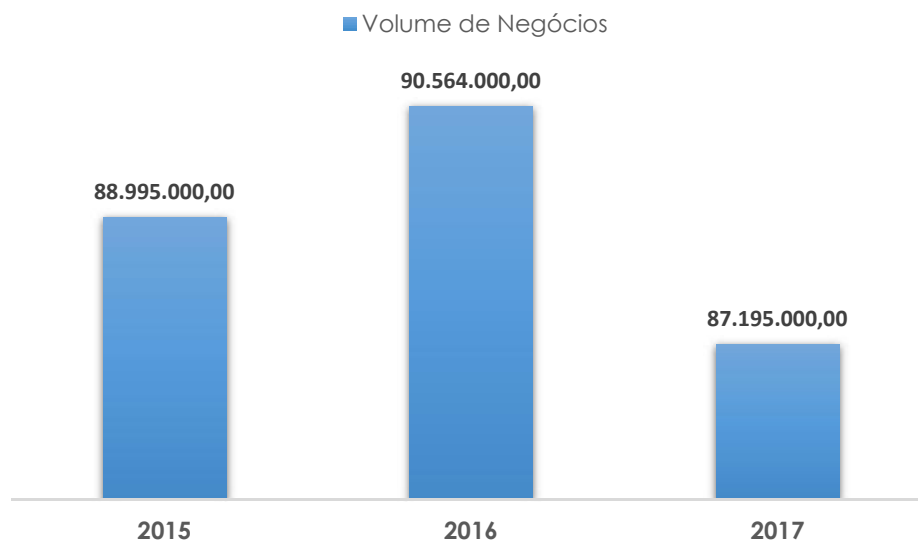
Quanto ao lucro obtido antes de juros, impostos, depreciação e amortização, EBITDA de 41.167.000,00 em 2017 (redução de 13,6% face ao ano de 2016), apontou para uma quebra, em linha com os fundamentos acima referidos.

Em consequência o resultado antes do imposto se cifrou em 25.975.000,00 vinte e cinco milhões, novecentos e setenta e cinco mil escudos.

**Gráfico 9 – Evolução das Principais Custos 2015 - 2016**



**Gráfico 10 - Volume de Negócios**



A BVC encerrou o ano de 2017 com uma receita total 87.194.975,00, ligeira redução de 3,72% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Esse desempenho teve maior participação das taxas de custódia de títulos e de manutenção anual nas cotações.

**Tabela 30 - Distribuição das Receitas por rúbrica 2015 -2017**

	% no total	2015	% no total	2016	% no total	2017
Admissão à cotação na Bolsa	0,22%	200.000,00	0,00%	0,00	0,32%	278.400,00
Custodia mensal de títulos	74,93%	66.682.997,00	75,26%	68.159.111,00	81,12%	70.730.572,00
Formações	0,49%	433.550,00	2,34%	2.121.780,00	1,00%	873.270,00
Taxa de manutenção na cotação	19,59%	17.431.090,00	14,74%	13.350.255,00	15,65%	13.645.380,00
Taxa inscrição de operador	1,40%	1.250.000,00	1,38%	1.250.000,00	1,43%	1.250.000,00
Operações de Bolsa	3,18%	2.826.947,00	6,26%	5.666.686,00	0,41%	355.253,00
Aluguer de salas	0,19%	170.040,00	0,02%	16.000,00	0,07%	62.100,00
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>88.994.624,00</b>	<b>100%</b>	<b>90.563.832,00</b>	<b>100%</b>	<b>87.194.975,00</b>

## 14.2.2 Situação Financeira

Seguem indicadores para análise da utilização dos recursos, possibilitando a interpretação da saúde financeira da BVC, seu grau de liquidez e capacidade de solvência, mostrando também o grau de utilização do capital de terceiros e seus efeitos na formação da taxa de retorno do capital próprio.

*Tabela 31 - Situação financeira 2015/2017*

Descrição	2015	2016	2017	Var. 16/17
<b>Ativo líquido Total</b>	124.921.000,00	139.862.000,00	118.373.000,00	-15,4%
<b>Imobilizado Líquido</b>	55.956.000,00	67.385.000,00	53.960.000,00	-19,9%
<b>Capitais Próprios</b>	85.490.000,00	104.634.000,00	112.232.000,00	7,3%
<b>Passivo Total</b>	39.431.000,00	35.228.000,00	6.141.000,00	-82,6%
<b>Exigível a Curto Prazo</b>	39.431.000,00	35.228.000,00	6.141.000,00	-82,6%
<b>Fornecedores e OCP (a)</b>	4.548.000,00	3.387.000,00	1.351.000,00	-60,1%
<b>Clientes</b>	46.141.000,00	41.832.000,00	25.898.000,00	-38,1%
<b>Disponibilidades</b>	16.573.000,00	28.937.000,00	37.462.000,00	29,5%
<b>Ativo corrente</b>	68.965.000,00	72.477.000,00	64.413.000,00	-11,1%
<b>Resultado Antes do Imposto</b>	31.716.000,00	30.325.000,00	25.975.000,00	-14,3%

## 15. INFORMAÇÕES SOBRE O GOVERNO DE SOCIEDADE

Em conformidade com o Código do Mercado de Valores Mobiliários, Aviso nº 7/2017 do Banco de Cabo Verde e de acordo com as demais normas legais e regulamentares nacionais aplicáveis, a BVC elaborou o Relatório de Governo Societário, respeitante ao exercício de 2017. Documento que faz parte integrante do presente relatório.

## 16. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A BVC gerou no exercício económico de 2016, findo em 31 de dezembro, um Resultado Líquido de Exercício no montante de 20.326.000\$00.

Considerando o contexto atual do negócio, bem como a estratégia de desenvolvimento da instituição o Conselho de Administração da BVC, nos termos resultados líquidos do exercício, propõe à Assembleia Geral dos Acionistas a seguinte afetação dos Resultados Líquidos:

*Tabela 32 – Aplicação de Resultados*

<i>Aplicação de Resultados</i>	<i>Valor</i>	<i>%</i>
Constituição de Reservas Legais	1.016.300,00	5%
Investimentos	14.228.200,00	70%
Dividendos	5.081.500,00	25%
<b>Total</b>	<b>20.326.000,00</b>	<b>100%</b>

## 17. ASSINATURAS

Dr. Manuel Lima

\_\_\_\_\_  
**(Presidente Conselho de Administração)**

/Jacqueline Rosario/

\_\_\_\_\_  
**(Administradora Executiva)**

/Isidoro Gomes/

\_\_\_\_\_  
**(Administrador Executivo)**

**ANEXO: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS**

**RELATÓRIO**  
**DE**  
**AUDITORIA FINANCEIRA**

## **INDICE**

1. Relatório do auditor independente

2. Anexos

2.1. Demonstrações financeiras auditadas

2.1.1. Balanço em 31 de Dezembro de 2017

2.1.2. Demonstração dos resultados por natureza

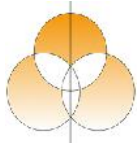
2.1.3. Demonstração de alterações no capital próprio

2.1.4. Demonstração de fluxos de caixa

2.1.5. Anexo

**RELATÓRIO**  
**DO**  
**AUDITOR INDEPENDENTE**





## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Exmos. Acionista e Conselho de Administração da  
Bolsa de Valores de Cabo Verde, SA

### Opinião

1. Auditámos as demonstrações financeiras da Bolsa de Valores de Cabo Verde, SA ("BVC" ou "Sociedade"), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017, e a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, e o anexo contendo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

2. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da BVC em 31 de Dezembro de 2017, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro de Cabo Verde.

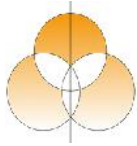
### Bases para a Opinião

3. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas no parágrafo "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras" abaixo, neste relatório. Somos independentes da Sociedade, de acordo com os requisitos éticos que são relevantes para nossa auditoria das demonstrações financeiras, expressos no Código de Ética e Deontologia Profissional dos Contabilistas e Auditores Certificados de Cabo Verde e cumprimos nossas outras responsabilidades éticas de acordo com o citado Código de Ética. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### Responsabilidades pelas Demonstrações Financeiras

4. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro de Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

5. Na preparação das demonstrações financeiras o Conselho de Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade das operações e à utilização do pressuposto contabilístico da continuidade, a não ser que o Conselho de Administração tenciona liquidar a Sociedade ou cessar as operações ou não tem alternativa realista senão fazê-lo.



## **AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.**

**Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados**

---

6. O Conselho Fiscal é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

### **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras**

7. Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

8. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

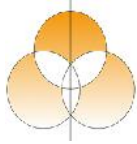
8.1. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

8.2. Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.

8.3. Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.

8.4. Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto contabilístico da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas operações.

8.5. Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.



## AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

---

9. Informamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Praia, 5 de Abril de 2018

AUDITEC – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Representada por

Dr. João Marcos Alves Mendes

Auditor Certificado-Cédula Profissional nº 4

## **ANEXOS**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS**

BOLSA DE VALORES DE CABO VERDE, SA  
NIF: 252481976

Sede: Achada Santo António

**BALANÇO**

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E

1 DE JANEIRO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de escudos - Mesc)

RUBRICAS	Data de referência		
	31-12-2017		31-12-2016
	NOTA	VALORES	VALORES
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	<b>03</b>		
Terrenos e recursos naturais		5 125	5 125
Edifícios e outras construções		21 686	24 095
Equipamento de transporte		2 140	3 209
Equipamento administrativo		3 168	1 790
Outros activos fixos tangíveis		10	26
Propriedades de investimento			
Terrenos e recursos naturais		21 671	21 671
Activos intangíveis			
Programas de computador		160	11 469
total do activo não corrente		<b>53 960</b>	<b>67 385</b>
<b>Activo corrente</b>			
Clientes	<b>04</b>	25 898	41 832
Estado e outros entes publicos	<b>10</b>	6 615	709
Outras contas a-receber	<b>05</b>	28	291
Diferimentos	<b>17</b>	59	708
Caixa e depositos bancarios	<b>06</b>	37 462	28 937
Total do activo-corrente		<b>70 062</b>	<b>72 477</b>
<b>Total do activo</b>		<b>124 022</b>	<b>139 862</b>
<b>CAPITAL PROPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital proprio</b>	<b>07</b>		
Capital realizado		50 000	50 000
Reservas legais		3 254	1 982
Outras reservas		6 477	6 477
Reservas para investimentos		29 120	17 667
Resultados transitados		3 055	3 055
Resultado liquido do periodo		20 326	25 453
<b>Total do capital proprio</b>		<b>112 232</b>	<b>104 634</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	<b>08</b>	1 351	3 387
Estado e outros entes publicos	<b>10</b>	6 379	12 107
Accionistas/socios		-	6 310
Financiamentos obtidos	<b>11</b>	-	-
Outras contas a pagar	<b>09</b>	3 569	3 066
Diferimentos	<b>17</b>	491	10 358
Total do passivo corrente		<b>11 790</b>	<b>35 228</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>11 790</b>	<b>35 228</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>124 022</b>	<b>139 862</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

/Exaconta, Lda/

/Manuel Lima/

/Jacqueline Rosario/

/Isidoro Gomes/

BOLSA DE VALORES DE CABO VERDE, SA

NIF: 252481976

Sede: Achada Santo António

**DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**

**PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E**

**1 DE JANEIRO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Valores expressos em milhares de escudos - Mesc)

	NOTA	PERÍODO	
		2017	
		VALORES	VALORES
	12	87 195	90 564
Vendas e Prestações de serviços		87 195	90 564
	13	( 26 160)	( 27 294)
Fornecimentos e serviços externos		61 035	63 270
	14	( 23 469)	( 25 684)
Gastos com o pessoal	04	( 4 770)	( 918)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	04	10 452	19 326
Outros rendimentos e ganhos	15	( 2 081)	( 8 355)
Outros gastos e perdas		<b>41 167</b>	<b>47 639</b>
<b>Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos</b>	03	( 15 634)	( 16 013)
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		<b>25 533</b>	<b>31 626</b>
<b>Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)</b>		442	551
Juros e ganhos similares Obtidos		25 975	32 177
Imposto sobre o rendimento do período	16	( 5 649)	( 6 724)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>20 326</b>	<b>25 453</b>

**O Contabilista Certificado**

**O Conselho de Administração**

/Exaconta, Lda/

/Manuel Lima/ /Jacqueline Rosario/

/Isidoro Gomes /

BOLSA DE VALORES DE CABO VERDE, SA  
NIF: 252481976

Sede: Achada Santo António  
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E  
1 DE JANEIRO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

RUBRICAS	Notas	Capital próprio atribuído aos detetores do capital					Total do Capital próprio
		Capital realizado	Reserva Legal	Reservas Outras	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	50 000	720	6 477	3 056	25 237	85 490
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO							
Resultado líquido do período					-	25 453	25 453
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					-	-	-
RESULTADO EXTENSIVO 2						25 453	25 453
OUTRAS OPERAÇÕES							
Aplicação de resultados do ano anterior	4		1 262	17 667	-	( 25 237)	( 6 308)
			1 262	17 667	-	( 25 237)	( 6 308)
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2016	1+2+4	50 000	1 982	24 144	3 056	25 453	104 634
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	50 000	1 982	24 144	3 056	25 453	104 635
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO							
Resultado líquido do período					-	20 326	20 326
OUTRAS OPERAÇÕES							
Aplicação de resultados do ano anterior	4		1 272	11 453	-	( 25 453)	( 12 728)
			1 272	11 453	-	( 25 453)	( 12 728)
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2017	1+2+4	50 000	3 254	35 597	3 056	20 326	112 232

O Contabilista Certificado

/Exaconta, Lda/

O Conselho de Administração

/Manuel Lima/ /Jacqueline Rosario/ /Isidoro Gomes/



BOLSA DE VALORES DE CABO VERDE, SA

NIF: 252481976

Sede: Achada Santo António

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E  
1 DE JANEIRO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

mEscudo CV

RUBRICAS	PERÍODO		
		2017	2016
	NOTA	VALORES	VALORES
<b>Metodo Directo</b>			
<b><u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u></b>			
Recebimentos de clientes		98 705	74 838
Pagamentos a fornecedores		( 25 052)	( 23 994)
Pagamentos ao pessoal		( 23 682)	( 23 252)
Caixa gerada pelas operações		49 971	27 592
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		( 16 857)	( 7 019)
Outros recebimentos/pagamentos		( 4 034)	( 5 094)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		29 080	15 479
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u></b>			
<b>Pagamentos respeitantes a</b>			
Activos fixos tangiveis		( 2 210)	( 3 397)
Activos intangiveis		-	-
Outros activos		-	-
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangiveis		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		( 2 210)	( 3 397)
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u></b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizacoes de capital e de outros instrumentos de capital proprio		-	-
Cobertura de prejuizos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		690	282
<b>Pagamentos respeitantes a</b>			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		( 19 036)	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		( 18 346)	282
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>8 525</b>	<b>12 364</b>
<b>Efeito das direrenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo</b>		<b>28 937</b>	<b>16 573</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do periodo</b>		<b>37 462</b>	<b>28 937</b>

**O Contabilista Certificado**

/Exaconta, Lda/

**O Conselho de Administração**

/Manuel Lima/ /Jacqueline Rosario/ /Isidoro Gomes/

**BOLSA DE VALORES DE CABO VERDE, SA**  
**NIF: 252481976**  
**Sede: Achada Santo António**

**ANEXO**  
**PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01/01/2017 E 31/12/2017**  
(Valores expressos em milhares de Escudos – Mesc)

A Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC) é uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos com um capital social de 50.000.000,00 constituído por 50.000 Ações nominativos de 1.000,00 cada e encontra-se integralmente subscrito e realizado, cujo principal objeto é a realização de operações sobre valores mobiliários. Tem o Número de Identificação Fiscal (NIF) 252481976 e está registada na Conservatória dos registos Comercial e Predial de Praia sob nº 2002/2006/03/21.

À luz dos seus Estatutos, constantes do Decreto-Lei nº 38/2014, a BVC, SA tem por objeto social gerir o mercado de bolsa e dos sistemas de negociação de valores mobiliários, gerir sistema centralizado de registo de valores mobiliário, gerir sistemas de liquidação de valores mobiliários e atuar como agência nacional de codificação, gerir sistema centralizado de registo de valores escriturais etc., podendo dedicar-se a também a outras atividades afins, conexas ou complementares relacionada com o seu Objeto Social.

A empresa pode, ainda, criar e manter departamentos, de carácter científico e técnicos tornados necessários ou convenientes à melhor realização do objeto social.

**NOTA 00 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

O referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consta dos diplomas que se seguem:

- Decreto-Lei nº5/2008 de 04 de Fevereiro de 2008 – Aprova o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF);
- Portaria n.º 49/2008 de 29 de Dezembro de 2009 – Código de Contas do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro;
- Despachos normativos n.º 1/2008 a 26/2008, publicados no B.O. n.º 48 – 3º Sup. de 29 de Dezembro de 2008 – Estrutura Conceptual do SNCRF (DN1), Apresentação das Demonstrações Financeiras (DN2), Fluxos de Caixa (DN3), Políticas Contabilísticas (DN4) e Diretrizes Específicas (DN5 a DN26).
- Lei nº 82/VIII/2015 de 07 de Janeiro – Aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIR-PC);
- Portaria nº42/2015, 24 de Agosto - Regula as Depreciações e as Amortizações de Elementos do Ativo Sujeito a Deprecimento, retificada no BO nº 52 de 28 de Agosto de 2015.

**NOTA 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS, DERROGAÇÃO E COMPARABILIDADE**

Em 2015, com a aprovação do CIR-PC ficam claras as regras aplicáveis às Depreciações e as Amortizações de Elementos do Ativo (Tangíveis, Intangíveis e Propriedades de Investimento) sujeitos a Deprecimento

(Portaria nº42/2015, 24 de Agosto). As principais políticas contábilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

### 1.1 Activos fixos tangíveis e depreciações/ativos intangíveis e amortizações

#### a) Activos Fixos Tangíveis e depreciações

Os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor de fatura do fornecedor, acrescido de gastos de compra e instalação, líquido das respectivas depreciações acumuladas e de perdas de imparidade, caso houver (ver Notas 1.2 e 3).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas, sobre os valores de aquisição ou justo valor, conforme o caso, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas refletem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.

As principais taxas utilizadas são as seguintes:

	2014 (a)	2015 (b)
Terrenos e recursos naturais	Vida útil ilimitada	Vida útil ilimitada
Edifícios e outras construções	4%	3%
Equipamento básico	16,66% - 20%	12,50%
Equipamento de transporte	12,5% - 20%	14,28%
Equipamento administrativo, social e mobiliário diverso	4,5% - 25%	12,5% - 33,33%
Outros ativos tangíveis	10% - 25%	14,28%

(a): Portaria n.º3/84 de 28 de Janeiro de 1984 - Regulamenta taxas de reintegrações e amortizações

(b): Portaria nº42/2015, 24 de Agosto - Regula as Depreciações e as Amortizações de Elementos do Ativo Sujeito a Depreciação, retificada no BO nº 52 de 28 de Agosto de 2015.

#### b) Activos intangíveis e amortizações

Os ativos intangíveis compreendem programas de computador e projetos de desenvolvimento do novo website e plataforma de leilões.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir do mês do início de atividade operacional, ao longo de três anos.

As taxas de amortização praticadas são de 33,33% para os programas de computador e 20% para os projetos de certificação.

#### c) Investimentos em curso

São mensurados ao custo de aquisição e transferidos para o ativo fixo tangível ou ativo intangível logo que disponíveis para utilização na atividade da sociedade.

## **1.2 Imparidade de Activos**

Caso existam, os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a depreciação, mas são objeto de testes de imparidade anuais.

Os ativos sujeitos a depreciação são revistos quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente circunstâncias de eventual perda ou fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

## **1.3 Inventários e ajustamentos**

Anualmente os inventários são determinados com base em contagens físicas efetuadas com referência a 31 de Dezembro, confirmativas do constante do Sistema de Inventário Permanente das existências de matérias-primas, subsidiárias e de consumo e de produtos acabados e intermédios. São igualmente inventariados os produtos e trabalhos em curso.

Os critérios valorimétricos dos inventários, adotados consistentemente ao longo dos exercícios, são os seguintes:

- Mercadorias e matérias-primas e subsidiárias – valorizadas ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor acrescido das despesas de compra. O imposto de consumo entra para o cálculo do preço das mercadorias importadas.
- Produtos acabados e intermédios - valorizados ao custo de produção, o qual inclui o custo das matérias-primas e os custos diretos e indiretos de transformação.
- Os produtos e trabalhos em curso são valorizados considerando os custos fabris diretos e indiretos correspondentes à fase de fabrico em que se encontram.

O custeio dos consumos é determinado segundo o método do Custo Médio Ponderado.

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Escudos, utilizando as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2013, publicadas pelo Banco de Cabo Verde.

O ajustamento de inventário é calculado com base em critérios técnico-comerciais (ver Nota 4).

## **1.4 Contas a receber de clientes e outros devedores e imparidade**

Os saldos de clientes e outros devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor atual ou, caso aplicável, pelo valor descontado, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Nota 8).

Os riscos efetivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objeto de ajustamento por imparidade.

## **1.5 Capital Próprio**

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas. A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

Caso existam, as prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital Próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

## **1.6 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos**

Com a publicação da Lei nº82/VIII/2015, de 07 de Janeiro, foi aprovado o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, segundo o qual o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos do referido Decreto-Lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%.

Os resultados fiscais são reportáveis por um período por reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados. Os impostos diferidos são classificados como ativo ou passivo não corrente.

## **1.7 Provisão para riscos e encargos**

São constituídas provisões no balanço sempre que a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável de recursos incorporando benefícios económicos, venha a ser exigido para liquidar a obrigação.

## **1.8 Reconhecimento do rédito**

Os réditos decorrentes das vendas e das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador ou o serviço contratado é prestado.

A quantia do rédito é o valor nominal de caixa ou seus equivalentes recebidos ou a receber. Não são acordados diferimentos do pagamento nem condições especiais de financiamento, ocorrendo o recebimento em prazos em que se mostra adequado o reconhecimento pelo valor nominal de cada transação.

## **1.9 Gestão de riscos financeiros**

A exposição da Empresa a riscos financeiros não é significativa.

### **(i) Risco cambial**

O risco cambial é muito reduzido, dado que existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, essencialmente, efetuadas as compras e vendas ao estrangeiro. As vendas são essencialmente realizadas em Cabo Verde.

**(ii) Risco da taxa de juro**

As taxas de juro são as correntes e não foi utilizado qualquer derivado, por se entender não existir risco relevante.

**(iii) Risco de crédito**

Sendo definidos limites e condições de crédito para os clientes, o risco de crédito é menor uma vez que boa parte das vendas para entidades públicas de Cabo Verde.

**(iv) Risco de liquidez**

Contudo, considerando os fluxos de caixa, não existe risco de liquidez previsto.

**1.10 Créditos e débitos em moeda estrangeira**

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos e contabilizados em Escudos ao câmbio oficial em vigor na data da transação. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes na data do Balanço, por referência às taxas de câmbio vigentes nessa data, são reconhecidos nos resultados.

As transações em moeda estrangeira foram efetuadas, essencialmente, em Euros, cuja paridade para Escudos é fixa (1 Euro equivale a 110\$265).

**1.11 Especialização de exercícios**

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos gerados são registados no balanço nas rubricas de Outras contas a receber e Outras contas a pagar.

**1.12 Responsabilidades assumidas para com o pessoal**

Os trabalhadores da Sociedade encontram-se integralmente abrangidos pelo esquema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a Sociedade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

**1.13 Estimativas e Julgamentos**

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente quanto aos eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer considerando o melhor conhecimento presente e a evolução prevista face às circunstâncias.

**1.14 Derrogações**

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNCRF.

**1.15 Comparabilidade**

As quantias incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do SNCRF. Os reconhecimentos foram consistentes.

## NOTA 02 – FUXOS DE CAIXA

### Recebimentos de clientes:

Os principais recebimentos da empresa advêm da venda de serviços de Custódia mensal de títulos, manutenção anual na cotação, inscrição anual de operadores de bolsa e operações sobre valores mobiliários, cobrados a um reduzido número de clientes com destaque para Bancos, Direção Geral do Tesouro, Electra, ENACOL, ASA, IFH, entre outros.

### Outros recebimentos/pagamentos

Inclui pagamentos e vários, dos quais se destacam os que foram efetuados a despachantes, Instituto Nacional de Previdência Social, Electra, Cabo Verde Telecom, RTC, A Semana, Finantech etc.

### Caixa e seus equivalentes

Para efeitos de demonstração dos fluxos de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Caixa e seus equivalentes em Mesc detalham como se segue:

	Caixa	Depósitos à ordem
Em 31-12-2016	23	28 914
Em 31-12-2017	50	27 412

A decomposição de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo em 31/12/2017 consta da nota 10 do presente anexo.

## NOTA 03 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

### 03.1 – Ativos Fixos Tangíveis (incluindo AFT em curso)

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTOS BÁSICOS	EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL GERAL
<b>POSIÇÃO A 31 DE Dezembro DE 2012</b>							
Valor de aquisição ou reavaliado	-	65 365	19 359	12 002	41 557	60	138 343
Depreciação acumulada	-	( 28 761)	-	( 6 232)	( 40 979)	( 33)	( 76 005)
<b>Valor escriturado</b>	<b>-</b>	<b>36 604</b>	<b>19 359</b>	<b>5 770</b>	<b>578</b>	<b>27</b>	<b>62 338</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2013</b>							
Valor líquido inicial	-	36 604	19 359	5 770	578	27	62 338
Aquisições	-	-	-	-	4 431	746	5 177
Depreciação do exercício	-	( 2 615)	( 19 359)	( 1 374)	( 1 522)	( 193)	( 25 063)
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>33 989</b>	<b>-</b>	<b>4 396</b>	<b>3 487</b>	<b>580</b>	<b>42 452</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>							
Valor de aquisição ou reavaliado	-	65 365	19 359	12 002	45 988	806	143 520
Depreciação acumulada	-	( 31 376)	( 19 359)	( 7 606)	( 42 501)	( 226)	( 101 068)
<b>Valor escriturado</b>	<b>-</b>	<b>33 989</b>	<b>-</b>	<b>4 396</b>	<b>3 487</b>	<b>580</b>	<b>42 452</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2014</b>							
Valor líquido inicial	-	33 989	-	4 396	3 487	580	42 452
Aquisições	-	-	-	-	168	47	215
Depreciação do exercício	-	( 2 615)	-	( 1 190)	( 1 559)	( 204)	( 5 568)
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>31 374</b>	<b>-</b>	<b>3 206</b>	<b>2 096</b>	<b>423</b>	<b>37 099</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>							
Valor de aquisição ou reavaliado	-	65 365	19 359	12 002	46 156	853	143 735
Depreciação acumulada	-	( 33 991)	( 19 359)	( 8 796)	( 44 060)	( 430)	( 106 636)
<b>Valor escriturado</b>	<b>-</b>	<b>31 375</b>	<b>-</b>	<b>3 205</b>	<b>2 096</b>	<b>424</b>	<b>37 099</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2015</b>							
Valor líquido inicial	-	31 375	-	3 205	2 096	424	37 100
Aquisições	-	-	-	-	1 256	15	1 271
Abates-valor de aquisição ou reavaliado	-	-	-	( 2 478)	-	-	( 2 478)
Abates-depreciação acumulada	-	-	-	2 478	-	-	2 478
Depreciação do exercício	-	( 2 615)	-	( 1 205)	( 1 335)	( 206)	( 5 361)
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>28 760</b>	<b>-</b>	<b>2 000</b>	<b>2 017</b>	<b>233</b>	<b>33 010</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>							
Valor de aquisição ou reavaliado	-	65 365	19 359	9 524	47 412	868	142 528
Depreciação acumulada	-	( 36 606)	( 19 359)	( 7 523)	( 45 395)	( 636)	( 109 519)
<b>Valor escriturado</b>	<b>-</b>	<b>28 760</b>	<b>-</b>	<b>2 000</b>	<b>2 017</b>	<b>233</b>	<b>33 009</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2016</b>							
Valor líquido inicial	-	28 760	-	2 000	2 017	233	33 010
Aquisições	-	-	-	2 200	1 197	-	3 397
Transferências	5 125	( 5 125)	-	-	-	-	-
Abates-depreciação acumulada	-	2 871	-	-	( 497)	-	2 374
Depreciação do exercício	-	( 2 410)	-	( 991)	( 928)	( 206)	( 4 535)
<b>Valor líquido</b>	<b>5 125</b>	<b>24 096</b>	<b>-</b>	<b>3 209</b>	<b>1 789</b>	<b>27</b>	<b>34 246</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>							
Valor de aquisição ou reavaliado	5 125	60 240	19 359	11 724	48 609	868	145 925
Depreciação acumulada	-	( 36 145)	( 19 359)	( 8 515)	( 46 819)	( 842)	( 111 680)
<b>Valor escriturado</b>	<b>5 125</b>	<b>24 095</b>	<b>-</b>	<b>3 209</b>	<b>1 790</b>	<b>26</b>	<b>34 245</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2017</b>							
Valor líquido inicial	5 125	60 240	-	11 724	1 790	26	78 905
Aquisições	-	-	-	-	2 209	-	2 209
Abates-valor de aquisição ou reavaliado	-	-	-	( 3 480)	-	-	( 3 480)
Abates-depreciação acumulada	-	-	-	3 480	-	-	3 480
Depreciação do exercício	-	( 2 410)	-	( 1 070)	( 830)	( 17)	( 4 327)
<b>Valor líquido</b>	<b>5 125</b>	<b>57 830</b>	<b>-</b>	<b>10 654</b>	<b>3 169</b>	<b>9</b>	<b>76 787</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>							
Valor de aquisição ou reavaliado	5 125	60 240	-	8 244	50 818	868	125 295
Depreciação acumulada	-	( 38 555)	-	( 6 105)	( 47 649)	( 859)	( 93 168)
<b>Valor escriturado</b>	<b>5 125</b>	<b>21 686</b>	<b>-</b>	<b>2 140</b>	<b>3 168</b>	<b>10</b>	<b>32 127</b>



### 3.2 – Activos Intangíveis (incluindo os A.I. em curso)

	OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	ACTIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL GERAL
<b>POSIÇÃO A 31 DE Dezembro DE 2013</b>			
Valor de aquisição ou reavaliado	11 226	-	11 226
Depreciação acumulada	( 5 660)	-	( 5 660)
<b>Valor escriturado</b>	<b>5 566</b>	<b>-</b>	<b>5 566</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2014</b>			
Valor líquido inicial	5 566	-	5 566
Aquisições	268	5 948	6 216
Depreciação do exercício	( 2 636)	-	( 2 636)
<b>Valor líquido</b>	<b>3 198</b>	<b>5 948</b>	<b>9 146</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>			
Valor de aquisição ou reavaliado	11 494	5 948	17 442
Depreciação acumulada	( 8 296)	-	( 8 296)
<b>Valor escriturado</b>	<b>3 198</b>	<b>5 948</b>	<b>9 146</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2015</b>			
Valor líquido inicial	3 198	5 948	9 146
Aquisições	31 069	-	31 069
Investimentos em curso	-	-	-
Transferências	-	( 5 948)	( 5 948)
Abates-valor de aquisição ou reavaliado	2 508	-	2 508
Depreciação do exercício	( 13 827)	-	( 13 827)
<b>Valor líquido</b>	<b>22 948</b>	<b>-</b>	<b>22 948</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>			
Valor de aquisição ou reavaliado	45 071	-	45 071
Depreciação acumulada	( 22 123)	-	( 22 123)
<b>Valor escriturado</b>	<b>22 948</b>	<b>-</b>	<b>22 948</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2016</b>			
Valor líquido inicial	22 948	-	22 948
Depreciação do exercício	( 11 479)	-	( 11 479)
<b>Valor líquido</b>	<b>11 469</b>	<b>-</b>	<b>11 469</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>			
Valor de aquisição ou reavaliado	45 071	-	45 071
Depreciação acumulada	( 33 602)	-	( 33 602)
<b>Valor escriturado</b>	<b>11 469</b>	<b>-</b>	<b>11 469</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2017</b>			
Valor líquido inicial	11 469	-	11 469
Depreciação do exercício	( 11 308)	-	( 11 308)
<b>Valor líquido</b>	<b>160</b>	<b>-</b>	<b>160</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>			
Valor de aquisição ou reavaliado	45 071	-	45 071
Depreciação acumulada	( 44 910)	-	( 44 910)
<b>Valor escriturado</b>	<b>160</b>	<b>-</b>	<b>160</b>

O valor de 33.577 contos corresponde a participação de DGT e AGMVM para desenvolvimento do sistema de liquidação alojado no site de Bolsa de Valores de Cabo Verde e numa plataforma de leilões no ano 2015.

## NOTA 04 – CLIENTES

O saldo da rubrica clientes no montante de 25 898 contos corresponde a dívidas a receber respeitantes a diversas vendas a crédito. Decompunha-se como se segue:

	mESC	
	2017	2016
<b>Clientes conta corrente</b>		
Caixa Economico de Cabo Verde	1 009	-
Banco Caberdiano de Negocio	-	-
Enacol	175	9 630
Banco Interatlântico	-	-
Electra	3 228	-
Asa - Aeroporto e Segurança Aerea	-	-
Tecnicil Imobiliária	61	61
Sogei - Sociedade de Gestão Invest	13 658	10 647
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry	29 510	26 361
IFH - Imobiliária Findiária e Habitat	463	926
Direcção Geral do Tesouro	16 314	31 457
Outros	718	822
	<b>65 136</b>	<b>79 904</b>
<b>Menos:</b>		
<b>Perdas Por Imparidades</b>		
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry	25 910	23 512
Tecnicil Imobiliária	43	6
Enacol	2 466	6 069
IFH - Imobiliária Findiária e Habitat	375	375
Sogei - Sociedade de Gestão Invest	10 087	8 003
Técnicil Industria	25	6
Adei	162	41
Banco de Cultura	126	44
Cermi	27	7
GMT - Global Money Transfer	17	9
	<b>39 238</b>	<b>38 072</b>
	<b>25 898</b>	<b>41 832</b>

Foram reconhecidas no exercício perdas por imparidade em clientes no montante de 4 770 contos atendendo que foram identificados fatores de risco de cobrança e apesar de ainda não existir um contencioso. O fator “Prudência” primou nesta decisão.

	mESC				
	2017	2016	2015	2014	2013
<b>Perdas Por Imparidades</b>					
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry	2 398	450	6 600	16 463	-
Tecnicil Imobiliária	37	6	-	-	-
Enacol	-	-	-	6 069	-
IFH - Imobiliária Findiária e Habitat	-	-	-	375	-
Sogei - Sociedade de Gestão Invest	2 084	356	6 159	1 488	-
Banco de Cultura	83	44	-	-	-
Cermi	20	7	-	-	-
Global Money Transfer, Sa	8	9	-	-	-
Adei	121	41	-	-	-
Tecnicil Industria, Sa	19	6	-	-	-
	<b>4 770</b>	<b>919</b>	<b>12 759</b>	<b>24 395</b>	<b>-</b>

## NOTA 05 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

O saldo desta rubrica no montante de 291 contos decompunha-se da seguinte forma:

	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	0	52
Outros	20	231
Caução de Agua de Cabo Verde	8	8

## NOTA 06 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica decompunha-se da seguinte forma:

	mESC	
	2017	2016
<b>Caixa</b>	50	23
<b>Depósitos à ordem</b>		
Banco Comercial do Atlântico 7421 1209	847	417
Banco Interatlântico	4 486	1 041
Banco Comercial do Atlântico 6856254	2 593	1 159
Caixa Económica de Cabo Verde	2 741	2 117
Banco Caboverdiano de Negócios	1 427	1 188
Banco de Cabo Verde	11 935	1 682
Banco Africano de Investimentos	2 618	655
Ecobank de Cabo Verde	613	613
BJA Cartão Visa	152	43
	<u>27 412</u>	<u>8 915</u>
<b>Depósitos à prazo</b>		
Caixa Económica de Cabo Verde	10 000	10 000
BAI	-	10 000
	<u>10 000</u>	<u>20 000</u>
	<u><b>37 461</b></u>	<u><b>28 938</b></u>

## NOTA 07 – CAPITAL PRÓPRIO

O capital da sociedade, integralmente subscrito e realizado, 50 milhões de escudos. Por acumulação de reservas e resultados não distribuídos, os capitais atingiram em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os montantes de 112 232 contos e 104 634 contos, respetivamente.

## NOTA 08 – FORNECEDORES

O saldo da Fornecedores, a 31 de Dezembro de 2017 decompunha-se como se mostra abaixo:

	mESC	
	2017	2016
<b>Fornecedores nacionais</b>		
TCV- Radio Televisão de Cabo verde	1 417	1 417
Electra	-	-
Outros, de valor individual reduzido	( 161)	425
	<u>1 256</u>	<u>1 842</u>
<b>Fornecedores estrangeiros</b>		
Finantech	485	1 545
Porto Business School	860	-
	<u>1 345</u>	<u>1 545</u>
<b>Adiantamentos a Fornecedores</b>		
Casanova Page Investimentos	1 250	
	<u>1 250</u>	
	<u><b>1 351</b></u>	<u><b>3 387</b></u>

## NOTA 09 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

O saldo da rubrica Outras contas a pagar, a 31 de Dezembro de 2017, decompunha-se como se mostra abaixo:

	mESC	
	2017	2016
Encargos com férias e subsídios de férias e respectivos encargos	2 668	2 689
Credores por acréscimos de gastos	901	377
	<u>3 569</u>	<u>3 066</u>

## NOTA 10 – ESTADO E OUTOS ENTES PÚBLICOS

### Ativo Corrente

O valor que no Balanço consta do ativo corrente em Estado e outros entes públicos (6 615 contos) refere-se a crédito de Imposto único sobre rendimento obtido nos anos anteriores nos depósitos á prazo (399 contos) e dos pagamentos de IUR fracionados (6 216 contos).

### Passivo Corrente

O valor que no Balanço consta do Passivo Corrente em Estado e outros entes públicos (6 379 contos) refere-se a:

	ESC			
	2017		2016	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
<b>Saldo devedor e credor</b>				
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	(i)	-	9	-
Retenção de impostos sobre rendimentos - Pagamentos por conta		6 216	-	-
Retenção de impostos sobre rendimentos	(ii)	399	709	457
Contribuições para a Previdência Social	(ii)		353	559
Imposto sobre o rendimento - estimado	(iii)		5 649	11 091
Outros		-	-	-
		<u>6 615</u>	<u>709</u>	<u>12 107</u>

	mESC	
	2017	2016
<b>Resultado antes de impostos</b>	25 975	32 177
<b>A adicionar</b>		
Gastos relacionados com viaturas ligeiras de passageiros (30%)	471	540
Perdas por imparidade não aceites	4 770	-
Imposto sobre o valor acrescentado	284	-
Despesas de representação (50%)	-	140
Insuficiência de estimativa de imposto sobre o rendimento	174	592
Imposto único sobre património	129	59
Perdas imputáveis a exercícios anteriores	800	1 583
	6 628	2 914
<b>A deduzir</b>		
Dividendos recebidos	-	-
Donativos - Lei do Mecenato	-	77
Alienações	-	1 155
Ganhos dos exercícios anteriores	10 452	7 816
Perdas por imparidade aceites	-	-
	10 452	9 048
<b>Matéria Colectável</b>	22 151	26 043
Taxa aplicável	25,5%	25,0%
Encargo corrente do imposto sobre rendimento	5 649	6 511
<b>Tributação Autónoma</b>	-	213
Encargo do exercício com imposto sobre rendimentos	<b>5 649</b>	<b>6 724</b>

#### NOTA 11 – ACCIONISTAS/SOCIOS

Não consta nada.

#### NOTA 12 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O saldo em 31 de Dezembro decompunha-se como se mostra abaixo:

	mESC	
	2017	2016
Serviços de Admissão à Cotação na Bolsa	278	-
Serviços de Custodia Mensal de Títulos	70 731	68 159
Taxa de manutenção	13 646	13 350
Taxa de inscrição de Operador	1 250	1 250
Operações de Bolsa	355	5 667
	86 260	88 426
Formações e alugueres	935	2 138
	<b>87 195</b>	<b>90 565</b>

Do total de vendas e prestações de serviços, 87 195 contos correspondem a prestações de serviços.

Trata-se de inputs inerentes a atividade principal da empresa (operações financeiras na Bolsa de Valores de Cabo Verde e operações correlacionadas).

### NOTA 13 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” a 31 de Dezembro decompunha-se da seguinte forma:

	mESC	
	2017	2016
Água	147	117
Electricidade	1 224	1 362
Combustíveis	403	277
Conservação e reparação	1 998	1 879
Ferramentas e utensílios	11	19
Material de publicidade e propaganda	1 207	4 881
Material escritório	88	131
Limpeza, higiene e conforto	273	112
Rendas e alugueres	-	-
Comunicação	879	865
Seguros	104	124
Vigilância e segurança	988	988
Serviço de informáticos	7 801	7 873
Deslocação e estada	931	1 149
Honorários	860	2 542
Serviços bancários	105	122
Trabalho especializado	8 986	3 520
Fornecimentos e serviços diversos	66	883
Outros, de valor individual inferior a mESC 1 00	89	450
	<u>26 160</u>	<u>27 294</u>

O total do FSE é no valor de 26.160 contos, onde se verificou uma redução de 0.04% (1 134 contos) em relação ao ano transato. As rubricas onde se verificam oscilações mais sensíveis foram:

- i) Na rubrica de Trabalho especializado houve um aumento de cerca de 155,28% devido ao facto que durante o ano de 2016 não solicitamos intervenções especializadas como assistência jurídica (6 316 contos) para elaboração dum regulamento que altera o mercado bolsista.
- ii) Uma redução considerável de Honorários, devido a reclassificação de alguns serviços para a rubrica de trabalho especializado.
- iii) Na rubrica de Material de publicidade e propaganda houve uma diminuição significativo (3 674 contos) em relação ao ano transato devido a pouca adesão a operações bolsistas.

## NOTA 14 – GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica decompunha-se da seguinte forma:

	mESC	
	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	10 587	9 159
Ordenados e salários	7 395	8 023
Encargos sobre remunerações	2 695	2 565
Outros gastos com o pessoal	2 792	5 937
	<b>23 469</b>	<b>25 684</b>
Nº médio de trabalhadores	<b>12</b>	<b>13</b>

	mESC	
	2017	2016
Encargo sobre férias	1 830	2 553
Premios e incentivos	600	893
Seguros de acidente de trabalho	24	22
Subsídio de Natal	-	1 277
Formação	219	1 116
Outras	119	76
	<b>2 792</b>	<b>5 937</b>

## NOTA 15 – OUTROS GASTOS E PERDAS

O saldo da rubrica Outros Gastos e Perdas de 1 831 contos decompunha-se da seguinte forma:

	mESC	
	2017	2016
Donativos mecenatos	-	59
Quotizações	685	518
Impostos directos e indirectos	422	169
Outros	974	7 609
	<b>2 081</b>	<b>8 355</b>

## NOTA 16 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Com a publicação do Decreto-Lei número 82/VIII/2015 de 07 de Janeiro, foi aprovado o Código do Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Coletivas (CIRPC), segundo o qual o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos gastos e rendimentos que nos termos do referido Decreto-Lei não devam ser considerados para efeitos fiscais. A taxa do imposto foi fixada em 25% pelo Orçamento Geral do Estado. De acordo com o novo CIRPC (Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas) os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2012 a 2014, o período de reporte é de três anos e são deduzidos até 100% do lucro tributável. Para os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciaram em ou após 01.01.2015 o período de reporte é de sete anos. As declarações de impostos ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante o período de cinco anos, contado a partir do exercício a que respeitam.

## NOTA 17 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE O REGIME DE ACRÉSCIMO

	mESC	
	2017	2016
<b>Acrescimos de gastos</b>		
Acrescimos por férias (ver Nota 09)	2 668	2 689
Credores por pagamentos diferidos (ver Nota 09)	901	377
	<b>3 569</b>	<b>3 066</b>
<b>Diferimentos do activo</b>		
Seguros e outros (ver Nota 17)	<b>59</b>	<b>708</b>
<b>Diferimentos do passivo</b>		
Asea (01/07/2017-31/12/2017)	78	
Subsídio para investimentos (ver Nota 17)	413	10 358
	<b>491</b>	<b>10 358</b>

## NOTA 18 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS

A data de 31 de Dezembro de 2017, Bolsa de Valores de Cabo Verde não tinha passivos contingentes nem compromissos não reconhecidos.

## NOTA 19 – REVALORIZAÇÃO DE ACTIVOS TANGÍVEIS E PASSIVO POR IMPOSTO DIFERIDO SOBRE REVALORIZAÇÃO

Não foram efetuadas revalorizações de ativos fixos tangíveis.

## NOTA 20 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 31 de Março de 2018. No período que decorreu entre 31/12/2017 e 04/03/2018 não foram detetadas situações que impliquem o reconhecimento de alterações às demonstrações financeiras reportadas a 31/12/2017.

## NOTA 21 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A data de 31 de Dezembro não havia divulgações exigidas por diplomas legais a que a Empresa estivesse sujeita.

## NOTA 22 – OUTRAS INFORMAÇÕES CUJAS DIVULGAÇÕES SEJAM CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS

Consideramos que as informações que constam das demonstrações financeiras são as relevantes para a compreensão da posição financeira em 31 de Dezembro de 2017 e do desempenho no exercício de 2017.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

/Exaconta, Lda/

Manuel Lima

Jacqueline Rosário

Isidoro Gomes



# ANEXO AO BALANÇO E Á DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de Escudos – Mesc)

A Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC) é uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos com um capital social de 50.000.000,00 constituído por 50.000 Ações nominativas de 1.000,00 cada e encontra-se integralmente subscrito e realizado, cujo principal objecto é a realização de operações sobre valores mobiliários. Tem o Número de Identificação Fiscal (NIF) 252481976 e está registada na Conservatória dos registos Comercial e Predial de Praia sob nº 2002/2006/03/21.

À luz dos seus Estatutos, constantes do Decreto-Lei nº 38/2014, a BVC, SA tem por objecto social gerir o mercado de bolsa e dos sistemas de negociação de valores mobiliários, gerir sistema centralizado de registo de valores mobiliário, gerir sistemas de liquidação de valores mobiliários e actuar como agência nacional de codificação, gerir sistema centralizado de registo de valores escriturais etc., podendo dedicar-se a também a outras actividades afins, conexas ou complementares relacionada com o seu Objecto Social.

A empresa pode, ainda, criar e manter departamentos, de carácter científico e técnicos tornados necessários ou convenientes à melhor realização do objecto social.

## **NOTA 00 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

O referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consta dos diplomas que se seguem:

- Decreto-Lei nº5/2008 de 04 de Fevereiro de 2008 – Aprova o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF);
- Portaria n.º 49/2008 de 29 de Dezembro de 2009 – Código de Contas do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro;
- Despachos normativos n.º 1/2008 a 26/2008, publicados no B.O. n.º 48 – 3º Sup. de 29 de Dezembro de 2008 – Estrutura Conceptual do SNCRF (DN1), Apresentação das Demonstrações Financeiras (DN2), Fluxos de Caixa (DN3), Políticas Contabilísticas (DN4) e Directrizes Específicas (DN5 a DN26).
- Lei nº 82/VIII/2015 de 07 de Janeiro – Aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIR-PC);
- Portaria nº42/2015, 24 de Agosto - Regula as Depreciações e as Amortizações de Elementos do Ativo Sujeito a Deprecimento, retificada no BO nº 52 de 28 de Agosto de 2015.

## **NOTA 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS, DERROGAÇÃO E COMPARABILIDADE**

Em 2015, com a aprovação do CIR-PC ficam claras as regras aplicáveis às Depreciações e as Amortizações de Elementos do Ativo (Tangíveis, Intangíveis e Propriedades de Investimento)

sujeitos a Depreciação (Portaria nº42/2015, 24 de Agosto). As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

### 1.1 Activos fixos tangíveis e depreciações/activos intangíveis e amortizações

#### a) Activos Fixos Tangíveis e depreciações

Os activos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor de factura do fornecedor, acrescido de gastos de compra e instalação, líquido das respectivas depreciações acumuladas e de perdas de imparidade, caso houver (ver Notas 1.2 e 3).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como activos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do activo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo do activo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas, sobre os valores de aquisição ou justo valor, conforme o caso, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas reflectem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.

As principais taxas utilizadas são as seguintes:

	2014 (a)	2015 (b)
Terrenos e recursos naturais	Vida útil ilimitada	Vida útil ilimitada
Edifícios e outras construções	4%	3%
Equipamento básico	16,66% - 20%	12,50%
Equipamento de transporte	12,5% - 20%	14,28%
Equipamento administrativo, social e mobiliário diverso	4,5% - 25%	12,5% - 33,33%
Outros activos tangíveis	10% - 25%	14,28%

(a): Portaria n.º3/84 de 28 de Janeiro de 1984 - Regulamenta taxas de reintegrações e amortizações

(b): Portaria nº42/2015, 24 de Agosto - Regula as Depreciações e as Amortizações de Elementos do Ativo Sujeito a Depreciação, retificada no BO nº 52 de 28 de Agosto de 2015.

#### b) Activos intangíveis e amortizações

Os activos intangíveis compreendem programas de computador e projectos de desenvolvimento do novo website e plataforma de leilões.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir do mês do início de actividade operacional, ao longo de três anos.

As taxas de amortização praticadas são de 33,33% para os programas de computador e 20% para os projectos de certificação.

#### c) Investimentos em curso

São mensurados ao custo de aquisição e transferidos para o activo fixo tangível ou activo intangível logo que disponíveis para utilização na actividade da sociedade.

## **1.2 Imparidade de Activos**

Caso existam, os activos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a depreciação, mas são objecto de testes de imparidade anuais.

Os activos sujeitos a depreciação são revistos quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente circunstâncias de eventual perda ou fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

## **1.3 Inventários e ajustamentos**

Anualmente os inventários são determinados com base em contagens físicas efectuadas com referência a 31 de Dezembro, confirmativas do constante do Sistema de Inventário Permanente das existências de matérias-primas, subsidiárias e de consumo e de produtos acabados e intermédios. São igualmente inventariados os produtos e trabalhos em curso.

Os critérios valorimétricos dos inventários, adoptados consistentemente ao longo dos exercícios, são os seguintes:

- Mercadorias e matérias-primas e subsidiárias – valorizadas ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da factura do fornecedor acrescido das despesas de compra. O imposto de consumo entra para o cálculo do preço das mercadorias importadas.
- Produtos acabados e intermédios - valorizados ao custo de produção, o qual inclui o custo das matérias-primas e os custos directos e indirectos de transformação.
- Os produtos e trabalhos em curso são valorizados considerando os custos fabris directos e indirectos correspondentes à fase de fabrico em que se encontram.

O custeio dos consumos é determinado segundo o método do Custo Médio Ponderado.

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Escudos, utilizando as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2013, publicadas pelo Banco de Cabo Verde.

O ajustamento de inventário é calculado com base em critérios técnico-comerciais (ver Nota 4).

## **1.4 Contas a receber de clientes e outros devedores e imparidade**

Os saldos de clientes e outros devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor actual ou, caso aplicável, pelo valor descontado, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Nota 8).

Os riscos efectivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objecto de ajustamento por imparidade.

## **1.5 Capital Próprio**

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas. A parcela não realizada do capital não é objecto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas acções são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

Caso existam, as prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital Próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

#### **1.6 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos**

Com a publicação da Lei nº82/VIII/2015, de 07 de Janeiro, foi aprovado o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, segundo o qual o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos do referido Decreto-Lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%.

Os resultados fiscais são reportáveis por um período por reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base tributável.

A base tributável dos activos e passivos é determinada de forma a reflectir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados. Os impostos diferidos são classificados como activo ou passivo não corrente.

#### **1.7 Provisão para riscos e encargos**

São constituídas provisões no balanço sempre que a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável de recursos incorporando benefícios económicos, venha a ser exigido para liquidar a obrigação.

#### **1.8 Reconhecimento do rédito**

Os réditos decorrentes das vendas e das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador ou o serviço contratado é prestado.

A quantia do rédito é o valor nominal de caixa ou seus equivalentes recebidos ou a receber. Não são acordados diferimentos do pagamento nem condições especiais de financiamento, ocorrendo o recebimento em prazos em que se mostra adequado o reconhecimento pelo valor nominal de cada transacção.

#### **1.9 Gestão de riscos financeiros**

A exposição da Empresa a riscos financeiros não é significativa.

##### **(i) Risco cambial**

O risco cambial é muito reduzido, dado que existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, essencialmente, efectuadas as compras e vendas ao estrangeiro. As vendas são essencialmente realizadas em Cabo Verde.

##### **(ii) Risco da taxa de juro**

As taxas de juro são as correntes e não foi utilizado qualquer derivado, por se entender não existir risco relevante.

**(iii) Risco de crédito**

Sendo definidos limites e condições de crédito para os clientes, o risco de crédito é menor uma vez que boa parte das vendas para entidades públicas de Cabo Verde.

**(iv) Risco de liquidez**

Contudo, considerando os fluxos de caixa, não existe risco de liquidez previsto.

**1.12 Créditos e débitos em moeda estrangeira**

Os activos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos e contabilizados em Escudos ao câmbio oficial em vigor na data da transacção. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes na data do Balanço, por referência às taxas de câmbio vigentes nessa data, são reconhecidos nos resultados.

As transacções em moeda estrangeira foram efectuadas, essencialmente, em Euros, cuja paridade para Escudos é fixa (1 Euro equivale a 110\$265).

**1.13 Especialização de exercícios**

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos gerados, são registados no balanço nas rubricas de Outras contas a receber e Outras contas a pagar.

**1.14 Responsabilidades assumidas para com o pessoal**

Os trabalhadores da Sociedade encontram-se integralmente abrangidos pelo esquema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a Sociedade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

**1.15 Estimativas e Julgamentos**

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros factores, designadamente quanto aos eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer considerando o melhor conhecimento presente e a evolução prevista face às circunstâncias.

**1.16 Derrogações**

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNCRF.

**1.17 Comparabilidade**

As quantias incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do SNCRF. Os reconhecimentos foram consistentes.

**NOTA 02 – FUXOS DE CAIXA**

**Recebimentos de clientes:**

Os principais recebimentos da empresa advêm da venda de serviços de Custódia mensal de títulos, manutenção anual na cotação, inscrição anual de operadores de bolsa e operações sobre valores mobiliários, cobrados a um reduzido numero de clientes com destaque para Bancos, Direção Geral do Tesouro, Electra, ENACOL, ASA, IFH, entre outros.

#### **Outros recebimentos/pagamentos**

Inclui pagamentos e vários, dos quais se destacam os que foram efectuados a despachantes, Instituto Nacional de Previdência Social, Electra, Cabo Verde Telecom, RTC, A Semana, Finantech etc.

#### **Caixa e seus equivalentes**

Para efeitos de demonstração dos fluxos de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Caixa e seus equivalentes em Mesc detalham como se segue:

	Caixa	Depósitos à ordem
Em 31-12-2016	23	28 914
Em 31-12-2017	50	27 412

A decomposição de caixa, depósitos bancários e depósitos à prazo em 31/12/2017 consta da nota 10 do presente anexo.

NOTA 03 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

03.1 – Activos Fixos Tangíveis (incluindo AFT em curso)

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTES	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL GERAL
<b>POSIÇÃO A 31 DE Dezembro DE 2012</b>							
Valor de aquisição ou reavaliado	-	65 365	19 359	12 002	41 557	60	138 343
Depreciação acumulada	-	( 28 761)	-	( 6 232)	( 40 979)	( 33)	( 76 005)
<b>Valor escriturado</b>	<b>-</b>	<b>36 604</b>	<b>19 359</b>	<b>5 770</b>	<b>578</b>	<b>27</b>	<b>62 338</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2013</b>							
Valor líquido inicial	-	36 604	19 359	5 770	578	27	62 338
Aquisições	-	-	-	-	4 431	746	5 177
Depreciação do exercício	-	( 2 615)	( 19 359)	( 1 374)	( 1 522)	( 193)	( 25 063)
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>33 989</b>	<b>-</b>	<b>4 396</b>	<b>3 487</b>	<b>580</b>	<b>42 452</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>							
Valor de aquisição ou reavaliado	-	65 365	19 359	12 002	45 988	806	143 520
Depreciação acumulada	-	( 31 376)	( 19 359)	( 7 606)	( 42 501)	( 226)	( 101 068)
<b>Valor escriturado</b>	<b>-</b>	<b>33 989</b>	<b>-</b>	<b>4 396</b>	<b>3 487</b>	<b>580</b>	<b>42 452</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2014</b>							
Valor líquido inicial	-	33 989	-	4 396	3 487	580	42 452
Aquisições	-	-	-	-	168	47	215
Depreciação do exercício	-	( 2 615)	-	( 1 190)	( 1 559)	( 204)	( 5 568)
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>31 374</b>	<b>-</b>	<b>3 206</b>	<b>2 096</b>	<b>423</b>	<b>37 099</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>							
Valor de aquisição ou reavaliado	-	65 365	19 359	12 002	46 156	853	143 735
Depreciação acumulada	-	( 33 991)	( 19 359)	( 8 796)	( 44 060)	( 430)	( 106 636)
<b>Valor escriturado</b>	<b>-</b>	<b>31 375</b>	<b>-</b>	<b>3 205</b>	<b>2 096</b>	<b>424</b>	<b>37 099</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2015</b>							
Valor líquido inicial	-	31 375	-	3 205	2 096	424	37 100
Aquisições	-	-	-	-	1 256	15	1 271
Abates-valor de aquisição ou reavaliado	-	-	-	( 2 478)	-	-	( 2 478)
Abates-depreciação acumulada	-	-	-	2 478	-	-	2 478
Depreciação do exercício	-	( 2 615)	-	( 1 205)	( 1 335)	( 206)	( 5 361)
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>28 760</b>	<b>-</b>	<b>2 000</b>	<b>2 017</b>	<b>233</b>	<b>33 010</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>							
Valor de aquisição ou reavaliado	-	65 365	19 359	9 524	47 412	868	142 528
Depreciação acumulada	-	( 36 606)	( 19 359)	( 7 523)	( 45 395)	( 636)	( 109 519)
<b>Valor escriturado</b>	<b>-</b>	<b>28 760</b>	<b>-</b>	<b>2 000</b>	<b>2 017</b>	<b>233</b>	<b>33 009</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2016</b>							
Valor líquido inicial	-	28 760	-	2 000	2 017	233	33 010
Aquisições	-	-	-	2 200	1 197	-	3 397
Transferências	5 125	( 5 125)	-	-	-	-	-
Abates-depreciação acumulada	-	2 871	-	-	( 497)	-	2 374
Depreciação do exercício	-	( 2 410)	-	( 991)	( 928)	( 206)	( 4 535)
<b>Valor líquido</b>	<b>5 125</b>	<b>24 096</b>	<b>-</b>	<b>3 209</b>	<b>1 789</b>	<b>27</b>	<b>34 246</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>							
Valor de aquisição ou reavaliado	5 125	60 240	19 359	11 724	48 609	868	145 925
Depreciação acumulada	-	( 36 145)	( 19 359)	( 8 515)	( 46 819)	( 842)	( 111 680)
<b>Valor escriturado</b>	<b>5 125</b>	<b>24 095</b>	<b>-</b>	<b>3 209</b>	<b>1 790</b>	<b>26</b>	<b>34 245</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2017</b>							
Valor líquido inicial	5 125	60 240	-	11 724	1 790	26	78 905
Aquisições	-	-	-	-	2 209	-	2 209
Abates-valor de aquisição ou reavaliado	-	-	-	( 3 480)	-	-	( 3 480)
Abates-depreciação acumulada	-	-	-	3 480	-	-	3 480
Depreciação do exercício	-	( 2 410)	-	( 1 070)	( 830)	( 17)	( 4 327)
<b>Valor líquido</b>	<b>5 125</b>	<b>57 830</b>	<b>-</b>	<b>10 654</b>	<b>3 169</b>	<b>9</b>	<b>76 787</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>							
Valor de aquisição ou reavaliado	5 125	60 240	-	8 244	50 818	868	125 295
Depreciação acumulada	-	( 38 555)	-	( 6 105)	( 47 649)	( 859)	( 93 168)
<b>Valor escriturado</b>	<b>5 125</b>	<b>21 686</b>	<b>-</b>	<b>2 140</b>	<b>3 168</b>	<b>10</b>	<b>32 127</b>



### 3.2 – Activos Intangíveis (incluindo os A.I. em curso)

	OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEI S	ACTIVOS INTANGÍVEI S EM CURSO	TOTAL GERAL
<b>POSIÇÃO A 31 DE Dezembro DE 2013</b>			
Valor de aquisição ou reavaliado	11 226	-	11 226
Depreciação acumulada	( 5 660)	-	( 5 660)
<b>Valor escriturado</b>	<b>5 566</b>	<b>-</b>	<b>5 566</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2014</b>			
Valor liquido inicial	5 566	-	5 566
Aquisições	268	5 948	6 216
Depreciação do exercicio	( 2 636)	-	( 2 636)
<b>Valor liquido</b>	<b>3 198</b>	<b>5 948</b>	<b>9 146</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>			
Valor de aquisição ou reavaliado	11 494	5 948	17 442
Depreciação acumulada	( 8 296)	-	( 8 296)
<b>Valor escriturado</b>	<b>3 198</b>	<b>5 948</b>	<b>9 146</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2015</b>			
Valor liquido inicial	3 198	5 948	9 146
Aquisições	31 069	-	31 069
Investimentos em curso	-	-	-
Transfererências	-	( 5 948)	( 5 948)
Abates-valor de aquisição ou reavaliado	2 508	-	2 508
Depreciação do exercicio	( 13 827)	-	( 13 827)
<b>Valor liquido</b>	<b>22 948</b>	<b>-</b>	<b>22 948</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>			
Valor de aquisição ou reavaliado	45 071	-	45 071
Depreciação acumulada	( 22 123)	-	( 22 123)
<b>Valor escriturado</b>	<b>22 948</b>	<b>-</b>	<b>22 948</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2016</b>			
Valor liquido inicial	22 948	-	22 948
Depreciação do exercicio	( 11 479)	-	( 11 479)
<b>Valor liquido</b>	<b>11 469</b>	<b>-</b>	<b>11 469</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>			
Valor de aquisição ou reavaliado	45 071	-	45 071
Depreciação acumulada	( 33 602)	-	( 33 602)
<b>Valor escriturado</b>	<b>11 469</b>	<b>-</b>	<b>11 469</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2017</b>			
Valor liquido inicial	11 469	-	11 469
Depreciação do exercicio	( 11 308)	-	( 11 308)
<b>Valor liquido</b>	<b>160</b>	<b>-</b>	<b>160</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>			
Valor de aquisição ou reavaliado	45 071	-	45 071
Depreciação acumulada	( 44 910)	-	( 44 910)
<b>Valor escriturado</b>	<b>160</b>	<b>-</b>	<b>160</b>

O valor de 33.577 contos corresponde a participação de DGT e AGMVM para desenvolvimento do sistema de liquidação alojado no site de Bolsa de Valores de Cabo Verde e numa plataforma de leilões no ano 2015.

#### NOTA 04 – CLIENTES

O saldo da rubrica clientes no montante de 25 898 contos corresponde a dívidas a receber respeitantes a diversas vendas a crédito. Decomponha-se como se segue:

	<b>mESC</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Clientes conta corrente</b>		
Caixa Economico de Cabo Verde	1 009	-
Banco Caberdiano de Negocio	-	-
Enacol	175	9 630
Banco Interatlântico	-	-
Electra	3 228	-
Asa - Aeroporto e Segurança Aerea	-	-
Tecnicil Imobiliária	61	61
Sogei - Sociedade de Gestão Invest	13 658	10 647
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry	29 510	26 361
IFH - Imobiliária Findiária e Habitat	463	926
Direcção Geral do Tesouro	16 314	31 457
Outros	718	822
	<b>65 136</b>	<b>79 904</b>
<b>Menos:</b>		
<b>Perdas Por Imparidades</b>		
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry	25 910	23 063
Tecnicil Imobiliária	43	-
Enacol	2 466	6 069
IFH - Imobiliária Findiária e Habitat	375	375
Sogei - Sociedade de Gestão Invest	10 087	7 647
Técnicil Industria	25	-
Adei	162	-
Banco de Cultura	126	-
Cermi	27	-
GMT - Global Money Transfer	17	-
	<b>39 238</b>	<b>37 154</b>
	<b>25 898</b>	<b>42 751</b>

Foram reconhecidas no exercício perdas por imparidade em clientes no montante de 4 770 contos atendendo que foram identificados factores de risco de cobrança e apesar de ainda não existir um contencioso. O factor “Prudência” primou nesta decisão.

	mESC				
	2017	2016	2015	2014	2013
<b>Perdas Por Imparidades</b>					
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry	2 398	450	6 600	16 463	-
Tecnicil Imobiliária	37	6	-	-	-
Enacol	-	-	-	6 069	-
IFH - Imobiliária Findiária e Habitat	-	-	-	375	-
Sogei - Sociedade de Gestão Invest	2 084	356	6 159	1 488	-
Banco de Cultura	83	44	-	-	-
Cermi	20	7	-	-	-
Global Money Transfer, Sa	8	9	-	-	-
Adei	121	41	-	-	-
Tecnicil Industria, Sa	19	6	-	-	-
	<b>4 770</b>	<b>919</b>	<b>12 759</b>	<b>24 395</b>	<b>-</b>

#### NOTA 05 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

O saldo desta rubrica no montante de 291 contos decompunha-se da seguinte forma:

	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	0	52
Outros	20	231
Caução de Agua de Cabo Verde	8	8

## NOTA 06 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica decompunha-se da seguinte forma:

	mESC	
	2017	2016
<b>Caixa</b>	50	23
<b>Depósitos à ordem</b>		
Banco Comercial do Atlântico 74211209	847	417
Banco Interatlântico	4 486	1 041
Banco Comercial do Atlântico 6856254	2 593	1 159
Caixa Económica de Cabo Verde	2 741	2 117
Banco Caboverdiano de Negócios	1 427	1 188
Banco de Cabo Verde	11 935	1 682
Banco Africano de Investimentos	2 618	655
Ecobank de Cabo Verde	613	613
BIA Cartão Visa	152	43
	<u>27 412</u>	<u>8 915</u>
<b>Depósitos à prazo</b>		
Caixa Económica de Cabo Verde	10 000	10 000
BAI	-	10 000
	<u>10 000</u>	<u>20 000</u>
	<u><b>37 461</b></u>	<u><b>28 938</b></u>

## NOTA 07 – CAPITAL PRÓPRIO

O capital da sociedade, integralmente subscrito e realizado, 50 milhões de escudos. Por acumulação de reservas e resultados não distribuídos, os capitais atingiram em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os montantes de 112 232 contos e 104 634 contos, respectivamente.

## NOTA 08 – FORNECEDORES

O saldo da Fornecedores, a 31 de Dezembro de 2017 decompunha-se como se mostra abaixo:

	mESC	
	2017	2016
<b>Fornecedores nacionais</b>		
TCV- Radio Televisão de Cabo verde	1 417	1 417
Electra	-	-
Outros, de valor individual reduzido	<u>( 161)</u>	<u>425</u>
	1 256	1 842
<b>Fornecedores estrangeiros</b>		
Finantech	485	1 545
Porto Business School	<u>860</u>	<u>-</u>
	1 345	1 545
<b>Adiantamentos a Fornecedores</b>		
Casanova Page Investimentos	<u>1 250</u>	
	1 250	
	<b><u>1 351</u></b>	<b><u>3 387</u></b>

#### NOTA 09 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

O saldo da rubrica Outras contas a pagar, a 31 de Dezembro de 2017, decompunha-se como se mostra abaixo:

	mESC	
	2017	2016
Encargos com férias e subsídios de férias e respectivos encargos	2 668	2 689
Credores por acréscimos de gastos	<u>901</u>	<u>377</u>
	<b><u>3 569</u></b>	<b><u>3 066</u></b>

#### NOTA 10 – ESTADO E OUTOS ENTES PÚBLICOS

##### Activo Corrente

O valor que no Balanço consta do activo corrente em Estado e outros entes públicos (6 615 contos) refere-se a crédito de Imposto único sobre rendimento obtido nos anos anteriores nos depósitos á prazo (399 contos) e dos pagamentos de IUR fraccionados (6 216 contos).

##### Passivo Corrente

O valor que no Balanço consta do Passivo Corrente em Estado e outros entes públicos (6 379 contos) refere-se a:

	ESC			
	2017		2016	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
<b>Saldo devedor e credor</b>				
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	(i)	-	9	-
Retenção de impostos sobre rendimentos - Pagamentos por conta		6 216	-	-
Retenção de impostos sobre rendimentos	(ii)	399	368	709
Contribuições para a Previdência Social	(ii)		353	559
Imposto sobre o rendimento - estimado	(iii)		5 649	11 091
Outros			-	-
		<u>6 615</u>	<u>6 379</u>	<u>709</u>
				<u>12 107</u>

	<b>mESC</b>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Resultado antes de impostos</b>	25 975	32 177
<b>A adicionar</b>		
Gastos relacionados com viaturas ligeiras de passageiros (30%)	471	540
Perdas por imparidade não aceites	4 770	-
Imposto sobre o valor acrescentado	284	-
Despesas de representação (50%)	-	140
Insuficiência de estimativa de imposto sobre o rendimento	174	592
Imposto único sobre património	129	59
Perdas imputáveis a exercícios anteriores	800	1 583
	<u>6 628</u>	<u>2 914</u>
<b>A deduzir</b>		
Dividendos recebidos	-	-
Donativos - Lei do Mecenato	-	77
Alienações	-	1 155
Ganhos dos exercícios anteriores	10 452	7 816
Perdas por imparidade aceites	-	-
	<u>10 452</u>	<u>9 048</u>
<b>Matéria Colectável</b>	22 151	26 043
Taxa aplicável	<u>25,5%</u>	<u>25,0%</u>
Encargo corrente do imposto sobre rendimento	<u>5 649</u>	<u>6 511</u>
<b>Tributação Autónoma</b>	<u>-</u>	<u>213</u>
Encargo do exercício com imposto sobre rendimentos	<u><u>5 649</u></u>	<u><u>6 724</u></u>

#### **NOTA 11 – ACCIONISTAS/SOCIOS**

Não consta nada.

## NOTA 12 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O saldo em 31 de Dezembro, decompunha-se como se mostra abaixo:

	mESC	
	2017	2016
Serviços de Admissão à Cotação na Bolsa	278	-
Serviços de Custodia Mensal de Títulos	70 731	68 159
Taxa de manutenção	13 646	13 350
Taxa de inscrição de Operador	1 250	1 250
Operações de Bolsa	355	5 667
	<u>86 260</u>	<u>88 426</u>
Formações e alugueres	935	2 138
	<u><b>87 195</b></u>	<u><b>90 565</b></u>

Do total de vendas e prestações de serviços, 87 195 contos correspondem a prestações de serviços.

Trata-se de inputs inerentes a actividade principal da empresa (operações financeiras na Bolsa de Valores de Cabo Verde e operações correlacionadas).



## NOTA 13 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” a 31 de Dezembro, decompunha-se da seguinte forma:

	mESC	
	2017	2016
Água	147	117
Electricidade	1 224	1 362
Combustíveis	403	277
Conservação e reparação	1 998	1 879
Ferramentas e utensílios	11	19
Material de publicidade e propaganda	1 207	4 881
Material escritório	88	131
Limpeza, higiene e conforto	273	112
Rendas e alugueres	-	-
Comunicação	879	865
Seguros	104	124
Vigilância e segurança	988	988
Serviço de informáticos	7 801	7 873
Deslocação e estada	931	1 149
Honorários	860	2 542
Serviços bancários	105	122
Trabalho especializado	8 986	3 520
Fornecimentos e serviços diversos	66	883
Outros, de valor individual inferior a mESC 1 00	89	450
	<b>26 160</b>	<b>27 294</b>

O total do FSE é no valor de 26.160 contos, onde se verificou uma redução de 0.04% (1 134 contos) em relação ao ano transacto. As rubricas onde se verificam oscilações mais sensíveis foram:

- i) Na rubrica de Trabalho especializado houve um aumento de cerca de 155,28% devido ao facto que durante o ano de 2016 não solicitamos intervenções especializadas como assistência jurídica (6 316 contos) para elaboração dum regulamento que altera o mercado bolsista.
- ii) Uma redução considerável de Honorários, devido a reclassificação de alguns serviços para a rubrica de trabalho especializado.
- iii) Na rubrica de Material de publicidade e propaganda houve uma diminuição significativo (3 674 contos) em relação ao ano transato devido a pouco adesão a operações bolsistas.

**NOTA 14 – GASTOS COM O PESSOAL**

A rubrica decompunha-se da seguinte forma:

	<b>mESC</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Remunerações dos órgãos sociais	10 587	9 159
Ordenados e salários	7 395	8 023
Encargos sobre remunerações	2 695	2 565
Outros gastos com o pessoal	2 792	5 937
	<b>23 469</b>	<b>25 684</b>
Nº médio de trabalhadores	<b>12</b>	<b>13</b>

	<b>mESC</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Encargo sobre férias	1 830	2 553
Premios e incentivos	600	893
Seguros de acidente de trabalho	24	22
Subsídio de Natal	-	1 277
Formação	219	1 116
Outras	119	76
	<b>2 792</b>	<b>5 937</b>

## NOTA 15 – OUTROS GASTOS E PERDAS

O saldo da rubrica Outros Gastos e Perdas de 1 831 contos decompunha-se da seguinte forma:

	mESC	
	2017	2016
Donativos mecenatos	-	59
Quotizações	685	518
Impostos directos e indirectos	422	169
Outros	974	7 609
	<b>2 081</b>	<b>8 355</b>

## NOTA 16 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Com a publicação do Decreto-Lei número 82/VIII/2015 de 07 de Janeiro, foi aprovado o Código do Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Coletivas (CIRPC), segundo o qual o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos gastos e rendimentos que nos termos do referido Decreto-Lei não devam ser considerados para efeitos fiscais. A taxa do imposto foi fixada em 25% pelo Orçamento Geral do Estado. De acordo com o novo CIRPC (Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas) os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2012 a 2014, o período de reporte é de três anos e são deduzidos até 100% do lucro tributável. Para os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciaram em ou após 01.01.2015 o período de reporte é de sete anos. As declarações de impostos ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante o período de cinco anos, contado a partir do exercício a que respeitam.

## NOTA 17 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE O REGIME DE ACRÉSCIMO

	mESC	
	2017	2016
<b>Acrescimos de gastos</b>		
Acrescimos por férias (ver Nota 09)	2 668	2 689
Credores por pagamentos diferidos (ver Nota 09)	901	377
	<b>3 569</b>	<b>3 066</b>
<b>Diferimentos do activo</b>		
Seguros e outros (ver Nota 17)	<b>59</b>	<b>708</b>
<b>Diferimentos do passivo</b>		
Asea (01/07/2017-31/12/2017)	78	
Subsídio para investimentos (ver Nota 17)	413	10 358
	<b>491</b>	<b>10 358</b>

**NOTA 18 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS**

A data de 31 de Dezembro de 2017, Bolsa de Valores de Cabo Verde não tinha passivos contingentes nem compromissos não reconhecidos.

**NOTA 19 – REVALORIZAÇÃO DE ACTIVOS TANGÍVEIS E PASSIVO POR IMPOSTO DIFERIDO SOBRE REVALORIZAÇÃO**

Não foram efectuadas revalorizações de activos fixos tangíveis.

**NOTA 20 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 31 de Março de 2018. No período que decorreu entre 31/12/2017 e 04/03/2018 não foram detectadas situações que impliquem o reconhecimento de alterações às demonstrações financeiras reportadas a 31/12/2017.

**NOTA 21 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

A data de 31 de Dezembro não havia divulgações exigidas por diplomas legais a que a Empresa estivesse sujeita.

**NOTA 22 – OUTRAS INFORMAÇÕES CUJAS DIVULGAÇÕES SEJAM CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS**

Consideramos que as informações que constam das demonstrações financeiras são os relevantes para a compreensão da posição financeira em 31 de Dezembro de 2017 e do desempenho no exercício de 2017.

O Técnico Oficial de Contas  
/Exaconta, Lda/

---

O Conselho de Administração

---

---



# BOLSA DE VALORES

---

## CABO VERDE